



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

AMANDA MARTINS NICOLAU

TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PÚBLICA: uma análise sob a
perspectiva do cidadão

JOÃO PESSOA - PB

2024



AMANDA MARTINS NICOLAU

**TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PÚBLICA: uma análise sob a
perspectiva do cidadão**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Pública e em Cooperação Internacional no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e em Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Gestão Governamental e Social

Orientador: Prof. Dr. Flávio Perazzo Barbosa Mota

JOÃO PESSOA / PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N639t Nicolau, Amanda Martins.

Transparência e qualidade da informação pública :
uma análise sob a perspectiva do cidadão / Amanda
Martins Nicolau. - João Pessoa, 2024.
108 f. : il.

Orientação: Flávio Perazzo Barbosa Mota.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Gestão pública - Transparência. 2. Informação
pública - Acesso. 3. Informações públicas - Qualidade.
I. Mota, Flávio Perazzo Barbosa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 35 (043)



FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA MARTINS NICOLAU

TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PÚBLICA: uma análise sob a perspectiva do cidadão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e em Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba como exigência final para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Perazzo Barbosa Mota

Data de Aprovação: 12/ 03/2024

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

FLAVIO PERAZZO BARBOSA MOTA

Data: 29/04/2024 16:09:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Flávio Perazzo Barbosa Mota

Orientador/ Presidente da banca examinadora



Documento assinado digitalmente

DIANA LUCIA TEIXEIRA DE CARVALHO

Data: 30/04/2024 11:39:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Diana Lúcia Teixeira de Carvalho

Examinador Interno

Prof. Dr. Dr. José Carlos Vaz

Examinador Externo

Ao meu Pai Amâncio (*In memoriam*)

Ao meu Filho Luís

AGRADECIMENTOS

Meu coração transborda de gratidão por todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui, aquelas que caminharam ao meu lado, segurando minhas mãos e, por vezes, me carregando no colo. Começo expressando minha profunda gratidão aos meus pais pelo amor e dedicação ao longo da vida. Desde cedo, eles enfatizaram a importância do estudo como o melhor caminho. Agradeço aos meus irmãos, Alex e Monys, pelo apoio constante, assim como a toda minha família e amigos, fontes de apoio, força e incentivo.

Ao meu marido, Flávio Lira, expresso minha profunda gratidão por todo o apoio, amor, dedicação e compreensão. Obrigada por nunca soltar minha mão. Ao meu tão esperado filho, Luís, ainda em meu ventre enquanto escrevo estas palavras, agradeço por motivar ainda mais a conclusão desta pesquisa. Sua vinda me deu ainda mais força e coragem para concluir este desafio antes da sua chegada.

Agradeço a Deus pela oportunidade de trilhar o caminho do mestrado, tendo a certeza de que Ele sempre esteve à frente deste plano. Sempre sonhei com isso, mas por um motivo ou outro, esse projeto sempre ficava para depois. Como dizem, as coisas acontecem no momento certo, e este foi o caso. Iniciei este mestrado no momento em que mais precisava de um desafio. Apesar das dificuldades esperadas em um mestrado, enfrentar essa jornada me ajudou a superar obstáculos ainda maiores fora do âmbito acadêmico. O mais difícil foi a perda do meu pai; talvez ele não entendesse completamente o que era um mestrado, mas sei o quanto estava orgulhoso desta minha conquista.

Expresso minha gratidão a todos os professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica; alguns deles permanecem na minha memória como fonte de inspiração para continuar estudando. Agradeço especialmente aos professores do PGPCI, em particular ao Professor Dr. Flávio Perazzo, meu orientador, um exemplo de professor sempre atencioso, responsável, organizado, paciente e compreensível. Suas orientações me fizeram sentir apoiada e segura desde o primeiro momento. Obrigada por ter aceitado me guiar nesta jornada, sinto-me muito privilegiada por contar com a tua orientação. Aos professores membros avaliadores, Dr. José Carlos Vaz e Dra. Diana Lúcia Teixeira de Carvalho, agradeço imensamente pela disponibilidade e pelos valiosos apontamentos durante a qualificação.

Agradeço à minha chefe e amiga Lenita pelo apoio e incentivo ao meu mestrado. Agradeço aos colegas de curso pelo aprendizado compartilhado e por todos os momentos descontraídos que vivi com vocês; foi extremamente enriquecedor percorrer esta jornada ao

lado de vocês. Dedico agradecimentos especiais aos amigos Vanessa Carreiro, minha parceira em todos os trabalhos, e José Murilo, sempre disponível para estender a mão nos momentos mais desafiadores.

Agradeço ainda a todos os participantes da minha pesquisa e aos amigos que a divulgaram e contribuíram para que ela fosse possível.

“O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.”
(Guimarães Rosa)

RESUMO

As tecnologias da informação e comunicação propiciaram avanços significativos no tocante a publicidade e a transparência das ações no âmbito da gestão pública. Entretanto, para fomentar o controle social da gestão pública é necessário que as informações disponibilizadas à sociedade sejam de boa qualidade. A presente pesquisa avalia o nível da qualidade das informações do portal da transparência do Governo Federal Brasileiro pela perspectiva dos cidadãos. O referencial teórico deste trabalho aborda o tema controle social no Brasil, transparência e acesso à informação pública e qualidade da informação visando identificar elementos para construção de um modelo baseado nos modelos PSP/IQ (*Model as the Product and Service Performance Model for Information Quality*) proposto por Kahn, Strong e Wang (2002) e do modelo de pesquisa AIMQ (*Methodology for Information Quality Assessment*) de Lee *et al.* (2002). Isso permitiu a construção de um questionário com 28 itens distribuídos nas seguintes dimensões: confiabilidade, relevância, apresentação, atualidade, completude, utilidade, compreensibilidade e interpretabilidade avaliados por meio da escala de Likert de 11 pontos. O perfil escolhido para aplicação do questionário foram cidadãos brasileiros. A coleta de dados foi realizada pelo aplicativo de gerenciamento de pesquisas do *Google*, *Google Forms*, e divulgado por meio das redes sociais *instagram* e *whatsapp*, *e-mail*, assim como na comunidade acadêmica das diversas universidades brasileiras e também nos e-mails institucionais de empresas e órgãos públicos. A pesquisa contou com 240 respondentes e obteve 217 respostas válidas. A análise dos resultados foi realizada através do coeficiente de regressão múltipla para avaliar a relação de cada variável independente com a variável dependente. O modelo proposto nesta pesquisa apresentou validade convergente, consistência interna e validade discriminante. Os resultados dessa amostra sugerem que 73,9% da variável dependente qualidade da informação é explicada pelas seguintes variáveis independentes propostas no modelo: completude, utilidade, compreensibilidade e interpretabilidade. A qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal apresentou média 7,11. Esta pesquisa se destaca por apresentar um modelo adaptado capaz de mensurar a qualidade das informações públicas disponibilizadas para a população, proporcionando aos produtores de informação a oportunidade de compreender a perspectiva dos usuários em relação à utilidade das informações oferecidas. Além disso, discute sobre a importância da publicidade das ações governamentais sob a coisa pública e a necessidade da população se envolver nesse processo de acompanhamento e controle dessas ações, destacando a importância da mensuração da qualidade das informações disponibilizadas pelos portais de transparência do setor público, ressaltando que, embora seja difícil medir a qualidade da informação sob a perspectiva do cidadão, é essencial para a eficácia das políticas de transparência. Atualmente, os portais de informação pública são avaliados principalmente por *checklists* que medem a transparência com base na divulgação de informações específicas. Pesquisas como esta podem contribuir para o desenvolvimento de novas formas de mensuração, promovendo a discussão de métodos que visem não apenas avaliar a divulgação de informações, mas também a qualidade percebida pelos usuários com a finalidade de proporcionar melhorias nas políticas de transparência pública.

Palavras-chave: Transparência pública. Qualidade das informações. Informação pública.

ABSTRACT

Information and communication technologies have enabled significant advancements in advertising and the transparency of actions within the scope of public management. However, to foster social control of public management, it is necessary for the information provided to society to be of good quality. This research evaluates the level of quality of information on the portal of transparency of the Brazilian Federal Government from the perspective of citizens. The theoretical framework of this work addresses the theme of social control in Brazil, transparency and access to public information, and information quality aiming to identify elements for building a model based on the PSP/IQ (Model as the Product and Service Performance Model for Information Quality) proposed by Kahn, Strong, and Wang (2002) and the AIMQ research model (Methodology for Information Quality Assessment) by Lee et al. (2002). This allowed the construction of a questionnaire with 28 items distributed across the following dimensions: reliability, relevance, presentation, timeliness, completeness, usefulness, comprehensibility, and interpretability, assessed through an 11-point Likert scale. The chosen profile for questionnaire application was Brazilian citizens. Data collection was conducted using the Google research management application, Google Forms, and disseminated through social networks such as Instagram and WhatsApp, email, as well as in the academic community of various Brazilian universities and also in institutional emails of companies and public bodies. The survey had 240 respondents and obtained 217 valid responses. The analysis of the results was performed using the coefficient of multiple regression to evaluate the relationship of each independent variable with the dependent variable. The model proposed in this research showed convergent validity, internal consistency, and discriminant validity. The results of this sample suggest that 73.9% of the dependent variable, information quality, is explained by the following independent variables proposed in the model: completeness, usefulness, comprehensibility, and interpretability. The quality of information published on the portal of transparency of the federal government averaged 7.11. This research stands out for presenting an adapted model capable of measuring the quality of public information provided to the population, providing information producers with the opportunity to understand users' perspective regarding the usefulness of the information offered. Furthermore, it discusses the importance of advertising government actions regarding public matters and the need for the population to be involved in this process of monitoring and controlling these actions, emphasizing the importance of measuring the quality of information provided by public transparency portals, highlighting that, although it is difficult to measure the quality of information from the citizen's perspective, it is essential for the effectiveness of transparency policies. Currently, public information portals are mainly evaluated by checklists that measure transparency based on the disclosure of specific information. Research like this can contribute to the development of new measurement methods, promoting the discussion of methods aimed not only at evaluating information disclosure but also the quality perceived by users in order to provide improvements in public transparency policies.

Keywords: Public transparency. Quality of information. Public information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama de seleção dos trabalhos.....	36
Figura 2 - Modelo de pesquisa.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais iniciativas de transparência pública no Brasil.....	33
Quadro 2 - Procedimentos da RSL.....	35
Quadro 3 - Seleção da RSL.....	37
Quadro 4 - Autores mais citados.....	42
Quadro 5 - Mapeamento das dimensões do QI no modelo PSP/IQ.....	52
Quadro 6 - Dimensões da qualidade da informação.....	53
Quadro 7 - Atributos de qualidade da informação.....	55
Quadro 8 - Definições dos atributos da qualidade da informação propostos para o estudo....	63
Quadro 9 - Escalas para mensuração dos construtos.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição da amostra.....	70
Tabela 2 - Resumo da consistência psicométrica da escala.....	73
Tabela 3 - Validade discriminante.....	73
Tabela 4 - Medidas descritivas e correlações de Pearson.....	75
Tabela 5 - Modelo de regressão linear estimado.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

LAI - Lei de acesso à informação

CF - Constituição Federal

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

PSP/IQ - *Model as the Product and Service Performance Model for Information Quality*

AIMQ - *Methodology for Information Quality Assessment*

RSL - revisão sistemática de literatura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

e-GOV - Governo Eletrônico

CGU - Controladoria Geral da União

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SITAI - Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

DOU - Diário Oficial da União

PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

WOS - *Web of Science*

OGD - *open government data*

HmbTG - Lei de Transparência de Hamburgo

FOIAs - *Freedom of Information Act*

BC - Banco Central do Brasil

CEAP - Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar

NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

MBA - Master of Business Administration

EUA - Estados Unidos da América

QI - Qualidade da Informação

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

AVE - *Average Variance Extracted*

VIF - *Variance Inflation Factor*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	20
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 CONTROLE SOCIAL NO BRASIL	23
2.1.1 TICs e contribuições para a promoção do controle social no Brasil	26
2.1.2 Obstáculos para promoção do controle social no Brasil	28
2.2 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: CRONOLOGIA E FERRAMENTAS	31
2.2.1 Transparência e acesso à informação pública: uma revisão sistemática de literatura	33
2.2.2 Procedimentos metodológicos da RSL	34
2.2.3 Resultados e discussão	37
2.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	49
2.4 MODELO DE PESQUISA	57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	64
3.1 DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	64
3.2 CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS ESCALAS	64
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO	67
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	68
3.5 ANÁLISE DE DADOS	69
4 RESULTADOS	69
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA	70
4.2 VALIDADE E CONFIABILIDADE DO MODELO	72
4.3 MEDIDAS DESCRITIVAS E CORRELAÇÃO DOS CONSTRUTOS	74
4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO MODELO	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
5.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	82
5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES / ANEXOS	92
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DO MODELO DE PESQUISA AIMQ	92
APÊNDICE B: DIMENSÕES DE QUALIDADE DO MODELO PSP/IQ	96
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DO MODELO DE PESQUISA AIMQ	97
APÊNDICE D: DIMENSÕES DE QUALIDADE DO MODELO PSP/IQ	101
APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	102

1 INTRODUÇÃO

Esta seção de abertura trata sobre os elementos introdutórios da dissertação, de modo a inserir o leitor na temática da pesquisa. Esta seção foi dividida em quatro partes, a primeira apresenta a contextualização e o problema de pesquisa, a segunda apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos, a terceira a justificativa do estudo e por último, na quarta, é descrita a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A publicidade é um princípio da administração pública previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Porém a criação de mecanismos para garantir a efetividade desse princípio ocorreu de forma lenta. O principal marco para a transparência pública no Brasil ocorreu apenas em 2011 com a regulamentação do acesso à informação, quando foi sancionada a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), a qual foi implantada a partir do Decreto nº 7.724, de maio de 2012. Essa lei prevê que nos sítios na internet as informações sejam divulgadas de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

O objetivo dos esforços em direção à maior divulgação das informações públicas é fornecer à população uma gestão pública transparente. A transparência pública desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia. Ela lança luz sobre as ações dos gestores em relação ao patrimônio público. O acesso às informações públicas é essencial para possibilitar o exercício efetivo do controle social (Gama; Rodrigues, 2016). Sendo o controle social, definido como a fiscalização e monitoramento das políticas públicas pela sociedade (Di Marco; Terci, 2022, p.314), fundamental para o exercício da democracia. Neste cenário, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) emergem como ferramentas indispensáveis para impulsionar a transparência pública.

As TICs tornaram-se presentes na vida de grande parte da sociedade brasileira. Gradualmente, o setor público passou a fazer uso delas, expandindo a utilização não só no âmbito interno dos serviços prestados à sociedade, como também na disponibilização de serviços à população por meio da internet. Essas tecnologias são capazes de propiciar avanços significativos no tocante a publicidade das ações no âmbito da gestão pública. Com isso, surge a oportunidade que esse leque de serviços ofertados possa crescer e permitir melhores

ferramentas para que os cidadãos possam realizar a fiscalização da gestão pública. Afinal, é crescente a necessidade de um controle social mais ativo da população.

Entretanto, Pinho *et al.*, (2019, p. 10) alertam para o fato de que “o governo pode, ao usar tecnologias digitais, esconder-se atrás delas, disponibilizando informações de modo impreciso, ou ainda realizando um *information overload*, *i.e.*, uma intoxicação de informação que mais confunde do que esclarece”. Para combater tais práticas, é essencial que os cidadãos possuam espaço para o diálogo, tenham a capacidade e a vontade de participar ativamente e democraticamente dos processos de tomada de decisão coletiva e sobretudo tenham informações claras, objetivas e de fácil compreensão sobre a gestão pública.

É fundamental compreender que a transparência no setor público alcança sua verdadeira eficácia e, conseqüentemente, cumpre seu propósito, somente quando permite que as informações divulgadas sob sua égide se submetam à avaliação e análise por parte dos cidadãos (Nohara; Colombo, 2019). Dessa forma, os consumidores da informação devem ser capazes de utilizar a linguagem de consulta fornecida possibilitando a tomada de decisão eficaz com base na informação disponibilizada (Kahn; Strong; Wang, 2002). Sendo assim, é importante refletir se tais mecanismos possibilitam de fato acesso à informação e se eles são capazes de promover um direcionamento ao aumento do controle social no Brasil.

Pesquisas anteriores abordaram vários aspectos sobre o tema transparência pública: Lemieux *et al.* (2015), Gama e Rodrigues (2016), Caleffi e Raupp (2017), Mueller e Engewald (2018), Koch (2019), Pinto, Rita e Pinto (2020), Tavares e Bitencourt (2021), Anibolet, Ferreira e Lima (2022) analisando a transparência pública através de levantamentos documentais nos portais de transparência. Elas se concentram, principalmente, na análise das informações disponibilizadas nos portais de transparência verificando aspectos sobre o cumprimento das leis, demanda e disponibilização dessas informações nesses sítios eletrônicos, exploram também a transparência sob os aspectos teóricos e legais e sobre os benefícios para a sociedade. Nohara e Colombo (2019) apontam que os instrumentos de transparência pública trazidos pelas novas tecnologias de informação e inteligência artificial foram capazes de elucidar vários casos de malversação dos recursos públicos e até mesmo contribuir para a devolução de recursos aos cofres públicos.

Nesse contexto, estudos têm se dedicado a lançar luz sobre diferentes aspectos dessas questões. Porém pouco tem sido pesquisado no que concerne à avaliação da qualidade das informações disponibilizadas pela gestão pública sob o ponto de vista da sociedade, no intuito de verificar se estão sendo úteis e se auxiliam na tomada de decisão dos cidadãos. Pinto, Finger e Pinto (2021) realizaram uma revisão sistemática de literatura sobre acesso à

informação e destacaram a necessidade de estudos que analisem a perspectiva do público, suas dificuldades e sua avaliação da condição de acesso e das informações dispostas nos portais de transparência de forma a contribuir para a melhor execução da lei.

De acordo com Kahn, Strong e Wang (2002), a qualidade da informação é definida a medida em que o produto ou serviço satisfaz plenamente os objetivos dos consumidores, sendo assim, a ênfase está em atender às expectativas dos consumidores, permitindo que eles possam facilmente acessar e manipular informações pertinentes às suas atividades. Ou seja, para afirmar que as informações disponibilizadas nos portais de transparência sejam de qualidade, é fundamental garantir que os usuários da informação, sejam eles jornalistas, acadêmicos, pesquisadores, empresas, funcionários públicos, cidadãos de forma geral, consigam utilizar a linguagem de consulta fornecida para adquirir as informações necessárias e, assim, tomar decisões de maneira eficaz. Logo, é importante verificar a qualidade dessas informações, já que isso possibilita também avaliar os resultados das políticas de transparência, no que diz respeito à participação e ao controle social.

Portanto, apesar da existência de legislação voltada para a normatização da transparência na administração pública, do crescimento do número de iniciativas digitais cada vez mais sofisticadas para divulgação das ações públicas e das ferramentas de interação entre a sociedade e o Estado, através de portais governamentais, há ainda uma carência na expansão desses usos (Pinho, *et al.*, 2019), é crucial reconhecer que a mera divulgação não garante transparência. Nesse contexto, é necessário ressaltar que a transparência efetiva demanda um esforço maior do que simplesmente disponibilizar informações. Para atingir esse objetivo, é fundamental assegurar que as informações disponibilizadas sejam de qualidade, de modo a efetivamente beneficiar a sociedade.

Diante do exposto, o presente estudo pretende identificar elementos para construção de um modelo baseado no modelo PSP/IQ (*Model as the Product and Service Performance Model for Information Quality*) proposto por Kahn, Strong e Wang (2002) e no modelo de pesquisa AIMQ (*Methodology for Information Quality Assessment*) de Lee *et al.* (2002) para verificar a qualidade das informações fornecidas pelo setor público à sociedade, de modo a responder a seguinte questão de pesquisa: qual é o nível de qualidade das informações fornecidas nos portais de transparência do setor público em âmbito federal, sob a perspectiva do cidadão?

1.2 OBJETIVOS

Essa dissertação tem como principal objetivo: **analisar a qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão**. De modo a alcançar esse objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar atributos da qualidade da informação pública;
- b) Identificar elementos para construção de um modelo baseado nos modelos PSP/IQ e AIMQ para o setor público;
- c) Identificar quais os atributos do modelo mais influenciam a percepção da qualidade da informação pública presentes nos portais de transparência do setor público do Brasil.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância desse estudo se fundamenta pela importância do controle social na gestão pública. Tal controle só é possível se a sociedade tiver disponível as ferramentas necessárias, sendo a informação a principal delas, uma vez que a informação é a principal base para qualquer decisão. A existência de informações por si só não empodera automaticamente a sociedade a realizar um controle social eficaz, para isso é essencial implementar ações que simplifiquem a utilização e a compreensão das informações tornadas acessíveis (Gama; Rodrigues, 2018).

Logo, é importante verificar se de fato as informações divulgadas nos portais de transparência são verdadeiramente úteis para a sociedade. Desse modo, optou-se por verificar informações do portal da transparência do governo federal do Brasil, uma vez que é um site de acesso livre que disponibiliza ao cidadão informações sobre a gestão pública do Brasil no âmbito do poder executivo federal. A escolha desse portal justifica-se por ser o de maior amplitude no Brasil. Diante da impossibilidade de analisar um grande número de informações no portal optou-se por analisar as informações referentes a execução das despesas correntes das universidades públicas federais do estado da Paraíba - PB no ano de 2023. A seleção dessas universidades se deu por conveniência, sendo o Estado no qual a pesquisa é realizada e a escolha do tipo de informações é fundamentada na pesquisa de Freire e Batista (2016) que aponta como dados mais acessados pelos usuários do portal da transparência do governo federal as informações sobre os gastos públicos. Os cidadãos têm interesse em saber com o

que e como é gasto os recursos públicos, dentre esses interesses se destaca o de saber o quanto é gasto com educação e saúde (Freire e Batista, 2016).

Para a academia, esse estudo trata de transparência e acesso à informação de modo a preencher lacunas encontradas na revisão sistemática de literatura – RSL (Capítulo 2). Uma vez que a RSL evidenciou que os estudos sobre o tema não buscaram pesquisar sobre a efetividade das políticas de transparência sob o ponto de vista dos usuários das informações. Além disso, ao constatar essa lacuna de pesquisa, esse estudo abre espaço para novos trabalhos com essa temática.

Esta dissertação proporciona aos produtores de informação, servidores públicos responsáveis por disponibilizá-la, a oportunidade de compreender a perspectiva dos usuários em relação à utilidade das informações oferecidas. Isso permite a identificação de possíveis falhas e a implementação de medidas para aprimorar a qualidade das informações, visando proporcionar uma compreensão mais abrangente e eficaz para os usuários. Nesse contexto, fica evidente a significância desta pesquisa para a sociedade. Além de ressaltar a importância da participação social na gestão pública, ao reconhecer que não basta apenas disponibilizar informações, mas também assegurar a sua utilidade aos usuários, o estudo possibilita uma maior atenção por parte das entidades responsáveis sobre essa temática. Assim, desempenha um papel crucial na busca de elucidar a importância da participação social e ampliar o debate em busca do aprimoramento da transparência na gestão pública.

Diante disso e considerando que as informações disponibilizadas pelos portais de transparência devem ter utilidade para a sociedade, sendo essa capaz de compreendê-las e de fazer bom uso delas. Para atingir o objetivo geral deste estudo, qual seja, analisar a qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão, optou-se por utilizar os modelos PSP/IQ e AIMQ. Essa escolha ocorreu porque esses modelos definem qualidade como adequação à utilização, ou seja, consideraram que a informação de qualidade é aquela que é útil ao consumidor.

Além disso, os modelos PSP/IQ e AIMQ têm uma ampla aceitação na comunidade acadêmica nacional e internacional servindo como base para pesquisas sobre a qualidade da informação. A presente pesquisa apresenta como diferencial a adaptação desses modelos para avaliação das informações publicadas no portal da transparência do governo federal do Brasil, enquanto que as pesquisas que os utilizam se concentram, principalmente, em avaliar as informações em organizações privadas.

O modelo AIMQ foi publicado no *sciencedirect* em dezembro de 2002, sendo citado por 2332 pesquisas, 88 delas pesquisas brasileiras das quais nenhuma se concentrou na

adaptação desse modelo para mensuração da qualidade da informação pública. Do mesmo modo, o modelo PSP/IQ publicado em abril de 2002 na *ACM digital library*, apesar dos 364 artigos que o citam, nenhum deles se deteve na adaptação desse modelo para mensuração da qualidade da informação pública no Brasil.

Esses modelos mensuram a qualidade das informações de produtos e serviços considerando a conformidade com as especificações e o cumprimento das expectativas dos consumidores. A eficácia do modelo PSP/IQ foi testada analisando dados de três organizações de cuidados de saúde, avaliando a qualidade das informações disponibilizadas aos seus pacientes (Kahn; Strong; Wang, 2002). O modelo PSP/IQ verifica a conformidade considerando ausência de erros, concisão e consistência na representação, pontualidade, segurança e o cumprimento das expectativas do consumidor verificando quantidade, relevância, compreensibilidade, interpretabilidade, objetividade, credibilidade, acessibilidade, facilidade de manipulação, reputação e valor adicionado. O modelo AIMQ também utiliza o modelo PSP/IQ, preenche algumas lacunas deixadas por esse modelo e oferece um instrumento para avaliar a qualidade da informação em organizações. Através da adaptação destes modelos e da avaliação desses atributos pelos cidadãos, torna-se viável aferir o nível de qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência do setor público em âmbito federal, sob a perspectiva do cidadão.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Após este capítulo introdutório, que engloba a introdução, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa, o próximo capítulo trata do referencial teórico e do eixo temático da pesquisa. A primeira seção do referencial teórico aborda o controle social no Brasil, com ênfase nas tecnologias de informação e comunicação e suas contribuições para a promoção do controle social no país, bem como os obstáculos enfrentados. Na segunda seção do referencial teórico, apresenta-se uma revisão sistemática da literatura sobre transparência e acesso à informação pública a qual foi base para a identificação da lacuna teórica desta pesquisa e proporcionou uma visão mais ampla sobre os estudos sobre essa temática. A terceira seção abrange os estudos relacionados à qualidade da informação que orientam esta pesquisa. Essa fundamentação teórica serviu de base para a formulação do modelo teórico e das hipóteses do presente estudo. Na última seção do referencial teórico, é detalhado o modelo de pesquisa que será adotado.

No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos de pesquisa e as justificativas para a escolha do método adotado. Na sequência, é apresentado o capítulo dedicado à análise dos dados e à discussão dos resultados. O último capítulo abrange as conclusões, limitações da pesquisa e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão discutidos os temas que orientam a construção empírica deste estudo. O primeiro tópico aborda o controle social no Brasil, seguido por uma revisão sistemática de literatura sobre transparência e acesso à informação pública. Além disso, será apresentada a teoria da qualidade da informação, e, por fim, o modelo da pesquisa será apresentado.

2.1 CONTROLE SOCIAL NO BRASIL

A Constituição Federal (CF) de 1988 faz diversas menções ao controle social, afirmando, inclusive no art 74 § 2º que “qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União” (Brasil, 1988). Como o maior afetado pelas ações estatais é o cidadão, é ele o ator mais indicado para fiscalizar e monitorar a qualidade do serviço público (Melo; Fuchigami, 2019). Todavia, para que o controle social apregoado pela legislação seja realizado pelo cidadão é essencial que ele tenha as ferramentas necessárias para tanto, sendo a principal delas a informação.

Controle social é a ação fiscalizatória da sociedade nas ações do Estado, com intuito de verificar se as decisões tomadas foram concretizadas de acordo com a lei, é intimamente ligado à participação social, a qual ocorre no momento da tomada de decisão pela administração pública, ocorrendo após esse processo (Bittencourt; Reck, 2018). Sendo assim, “o controle social pressupõe a participação social, mas nem toda participação é uma forma de controle social” (Bittencourt; Reck, 2018, p. 98), todavia a transparência pública é primordial para ambos.

Para Bittencourt e Reck (2018), o acesso à informação é fundamental para o exercício efetivo do controle social e dos seus instrumentos assegurados pela Constituição Federal como garantia do estado democrático de direito. O poder estatal deve ser autorizado por decisões coletivas da sociedade, mas o controle social só é viável quando a informação é disponibilizada e a comunicação ocorre (Bittencourt; Reck, 2018). “O governo deve dar plena

transparência a suas ações e decisões, para que a sociedade possa exercer a cidadania e, dessa forma, consolidar a democracia” (Akutsu; Pinho, 2002, p. 729). Entretanto, não basta fornecer qualquer tipo de informação se faz necessário que ela seja útil para proporcionar a tomada de decisões e assim efetivar o exercício do controle social.

As inovações trazidas pelas TICs e as políticas de transparência pública são vistas com potencial para impulsionar o controle e a participação social, tais ferramentas acabaram proporcionando a solicitação e obtenção de informações pela sociedade sobre diversos assuntos ligados à administração pública (Di Marco; Terci, 2022). Entretanto, é preciso destacar que existem ainda várias barreiras que impedem a sociedade consultar informações sobre a gestão pública, acompanhar o gasto público, participar das decisões públicas e de maneira geral exercer o controle social.

Essas barreiras podem ser de diversas naturezas tais como: tecnológica, cultural, educacional, informacional, etc elas dificultam ou até mesmo impedem o acesso à informação pública, informação indispensável para o controle social. Para Tavares e Cruz (2020), o processo de disponibilizar informações online dos atos do governo e seus representantes apresenta algumas limitações. Segundo os autores, uma dessas limitações concentra-se na informação disponível na internet, o que pode resultar em exclusão de cidadãos que não têm acesso às tecnologias digitais.

Apesar do acesso à internet ter crescido, com indicativo de que 90% das casas estão conectadas à internet, por meio de computadores, celulares ou televisores (IBGE, 2020), é preciso considerar que, muitas vezes, essas conexões são por meio de aparelhos celulares. A forma de acesso e o instrumento utilizado pode dificultar o acesso a algumas informações disponíveis na internet, principalmente, quando o acesso acontece pelo celular, já que alguns sites são habilitados para uso em celulares, sendo esta uma barreira tecnológica.

É preciso considerar ainda que o poder centrado na mão de poucos é um problema cultural no Brasil, onde a população ainda não consegue se apropriar do seu poder, conforme prega a Constituição Federal quando trata no parágrafo 2º do artigo 1º que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (Brasil, 1988). Essa cultura ainda com forte presença do patrimonialismo está visceralmente ligada à ausência de *accountability*, o conceito desse termo está ligado à obrigação da prestação de contas por quem administra os recursos públicos (Akutsu; Pinho, 2002). Além disso, a cultura arraigada do sigilo, é comum na burocracia, existe uma preocupação dos órgãos de que os dados disponibilizados podem favorecer uma narrativa contra o governo e isso gera uma resistência na abertura dos dados (Oliveira; Fonseca, 2021).

Adicionando a isso os problemas educacionais que não são apenas na precariedade de acesso e qualidade do ensino, mas é também uma questão curricular que precisa de reflexão a medida que não há na grade curricular disciplinas que incentivem uma cultura de controle e participação social. Pinho (2010) argumenta que a sociedade é incapaz de participar da democracia direta pela falta de qualificação técnica e política para participar da elaboração das políticas públicas. De acordo com Schnell e Jo (2019), países cuja população possui um nível elevado de educação tendem a ter governos mais transparentes e abertos. Considerando que para o exercício da cidadania é de grande relevância ter um mínimo de qualificação técnica e política, é preciso refletir sobre a necessidade desses ensinamentos, já que seriam de grande proveito para a sociedade.

Além de todas essas questões existe outra barreira potencialmente prejudicial ao acesso à informação e ao controle social que se refere a qualidade dos dados que são publicizados pelos portais de transparência. A transparência apresenta duas dimensões: visibilidade e inferibilidade, que representam respectivamente o grau de completude e a facilidade de acesso de uma informação e o quanto ela é inferível e utilizável (Michener; Bersch, 2011), dessa forma quanto mais visível e inferível maior será a qualidade da informação.

A abordagem atualmente adotada pelos portais da transparência tem o foco direcionado ao cumprimento da legislação, oferecendo aos cidadãos informações em uma linguagem demasiadamente técnica e com falta de padronização (Tavares; Bitencourt, 2021). Nesses portais as informações são disponibilizadas, em grande parte, em linguagem contábil. Adicionando a isso, muitas vezes, há uma necessidade de muitos cliques até se chegar a informação desejada.

O artigo 5º da LAI, lei 12.527/2011, estabelece que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Brasil, 2011). O direito à informação deve ser de todo cidadão e não apenas aos que possuem o conhecimento específico para compreensão das informações, de modo que divulgar as informações em linguagem técnica não proporciona compreensão para os cidadãos comuns.

É necessário superar a mera existência de portais eletrônicos que carecem de informações organizadas, facilitando as formas de acesso a fim de alcançar um acesso simplificado, padronização de mecanismos e sistematização desses dados (Tavares; Bitencourt, 2021). Nesse cenário, as TICs podem contribuir para a promoção do controle social, assunto que será abordado no próximo tópico.

2.1.1 TICs e contribuições para a promoção do controle social no Brasil

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se desenvolvem de forma acelerada. As TICs tornaram-se, gradualmente, mais presentes na vida da sociedade brasileira. De acordo com os dados do IBGE, 90% das casas estão conectadas à internet, seja através do computador, do celular ou até mesmo pelas smart tvs (IBGE, 2020). A crescente utilização da internet é uma grande oportunidade para o governo informatizar serviços direcionados aos cidadãos com menor custo e melhor qualidade e proporcionar à sociedade formas de participação mais efetivas na gestão pública (Akutsu; Pinho, 2002). É visto uma tendência de reconhecimento da importância da tecnologia da informação e comunicação para otimizar a qualidade e a capacidade de respostas dos serviços públicos prestados aos cidadãos (Ndou, 2004).

O uso de serviços públicos digitais está em constante expansão (Hyytinen; Tuimala; Hammar, 2022). O setor público passou a fazer uso dessas ferramentas e vem expandindo essa utilização não só no âmbito interno dos serviços prestados à sociedade como também na disponibilização de serviços por meio da internet à população. No Brasil diversos serviços públicos estão sendo ofertados de maneira digital através do governo eletrônico (e-gov). Para Helbig, Gil-García e Ferro (2009), vários termos são sinônimos de governo eletrônico, como e-democracia, governo digital e governança eletrônica, porém não há um consenso claro sobre o seu conceito. Segundo Ndou (2004) o conceito de Governo Eletrônico é complexo e multidimensional, requer uma ampla definição e compreensão, de forma a poder desenhar e implementar uma estratégia de sucesso que possa reinventar as organizações governamentais.

De acordo com Akutsu e Pinho (2002) o e-gov possibilita uma série de vantagens na prestação de serviços aos cidadãos, entre elas podemos destacar mais rapidez e facilidade de acesso, menor custo, maior transparência e possibilidade de acesso em qualquer localidade. A finalidade é que as informações cheguem aos seus interessados com mais rapidez e facilidade e com menos tempo de processamento eliminando barreiras compostas por burocracias ineficientes. Além disso, “um canal de comunicação entre governos e cidadãos possibilita a estes exercitar a cidadania e aperfeiçoar a democracia” (Akutsu; Pinho, 2002, p. 725).

Desse modo, o processo de tornar digital o serviço público possibilita estabelecer uma relação mais estreita entre a sociedade e o Estado. “A partir da incorporação definitiva da TICs, em especial a internet, na realidade das pessoas, diversos autores passaram a abordar também o advento da possibilidade de uma nova forma de interação Estado-sociedade” (Stefani, 2015, p. 27). Isso traz a esperança de um processo democrático mais efetivo no qual

a sociedade tem a oportunidade real de participar dos processos decisórios e realizar a fiscalização das contas públicas através dos portais da transparência disponibilizados pelo setor público.

A abertura de canais digitais em direção a ampliação da transparência na gestão pública e participação social têm passado por muitas fases. De acordo com Vaz, Ribeiro e Matheus (2011), nas primeiras fases, as publicações ocorriam de forma não interativa, com a disponibilização de relatórios financeiros. Na segunda fase passou a permitir a elaboração de consultas com a possibilidade de filtragem de dados mais detalhados. E, em seguida, passaram a desenvolver políticas de disponibilização de dados abertos, dados em estado bruto que podem ser filtrados, manipulados e cruzados de maneira mais livre.

Esses portais “facilitam o controle social, entendido como o exercício de fiscalização e monitoramento de políticas públicas, pela sociedade civil” (Di Marco; Terci, 2022, p. 314). Os portais de transparência possibilitam que os governantes prestem contas à sociedade através da publicação dos atos e resultados da gestão. Com isso, surge a esperança que esse leque de serviços ofertados possa crescer e permitir melhores ferramentas para que os cidadãos possam realizar a fiscalização da gestão pública. Nesse panorama atual surge a proposta de um novo modelo de gestão pública responsiva com princípios baseados na *accountability*, na transparência e na participação através das TIC (Braga; Gomes, 2016). Nesse contexto, torna-se possível uma maior interação entre governo e cidadão via sistemas de informação.

De acordo com um estudo realizado por Braga e Gomes (2016) um alto grau de participação eletrônica está positivamente correlacionado com um alto grau de desenvolvimento do governo eletrônico e também especificamente no que tange à disponibilização de informações e serviços, além disso também está positivamente correlacionado com um nível mais elevado de efetividade governamental e responsabilização dos agentes públicos (*accountability*). Sendo assim, as TICs têm proporcionado significativos avanços quanto à transparência na gestão pública no Brasil. Os portais de governo eletrônico facilitam o controle social permitindo que a sociedade possa fiscalizar os gestores públicos e dos seus atos (Di Marco; Terci, 2022).

Entretanto, apesar do crescimento do número de iniciativas digitais cada vez mais sofisticadas para divulgação das ações públicas e das ferramentas de interação entre a sociedade e o Estado, através de portais de governo eletrônico, há ainda uma carência na expansão desses usos (Pinho, *et al.*, 2019). De acordo com esses autores, mesmo com uma maior pressão de movimentos sociais e maior demanda da sociedade por maior participação

nas decisões políticas do Estado, essas ações ainda não se traduzem em uma maior participação online nos portais governamentais disponíveis.

O governo eletrônico (e-gov) no Brasil tem sido mais marcante pela prestação de serviços públicos *online* do que pelo aprofundamento de uma democracia digital (Pinho, *et al.*, 2019). Sendo assim, é importante refletir se esses mecanismos possibilitam de fato acesso à informação e até que ponto eles são capazes de promover um direcionamento para a accountability na gestão pública. Esse assunto será abordado no próximo tópico.

2.1.2 Obstáculos para promoção do controle social no Brasil

As tecnologias de informação e comunicação têm um grande potencial de transformação do contexto social e democrático de um país. E podem ser uma ferramenta poderosa para ampliação da participação social e a construção de uma gestão mais democrática. Entretanto, “a tecnologia não é suficiente por si mesma para o bem ou para o mal; está vinculada às utilizações, aos objetivos, aos processos, aos interesses etc.” (Stefanni, 2015, p. 35). De modo que, para que consiga servir a tal fim, se faz necessário atenção a alguns problemas sociais. Conforme Helbig, Gil-García e Ferro (2009), a segregação racial e a pobreza concentrada são barreiras estruturais que limitam o acesso e o uso da tecnologia da informação. O fato do governo eletrônico estar disponível para o uso de qualquer cidadão não significa que ele é acessível a todos.

É notável que o acesso à internet tem tomado maiores proporções desde os anos 2000. Todavia, é preciso considerar que o fato de um indivíduo ter um celular com internet em mãos não é suficiente para que ele consiga interagir e manusear de maneira efetiva os portais governamentais. Ferro, Helbig e Gil-Garcia (2011) fornecem evidências de que a exclusão digital é um fenômeno complexo e transcende a questão do acesso em si e consideram que o uso da internet é fundamental para o desenvolvimento individual e comunitário. E portanto, os formuladores de políticas públicas deveriam desenvolver ações em prol da promoção de mecanismos educativos capazes de promover educação em tecnologia da informação de modo a desenvolver aptidão e estimular o uso das TICs pela população (Ferro; Helbig; Gil-Garcia, 2011).

Nesse contexto, a implantação do governo eletrônico deve considerar as implicações da exclusão digital em multiperspectiva, uma vez que afeta a demanda de serviços de governo eletrônico e pode limitar a utilidade de certas aplicações governamentais (Helbig, Gil-García e Ferro, 2009). “Os riscos para a democracia não se limitam à desigualdade de acesso a serviços

governamentais eficientes, mas ao fato de o governo eletrônico se restringir ao provimento de serviços em si” (Pinho, *et al.*, 2019, p.22). Os canais digitais do governo devem não apenas disponibilizar serviços eletrônicos, mas também incentivar e possibilitar o acesso à população.

Akutsu e Pinho (2002, p. 729) argumentam que “o governo deve dar plena transparência a suas ações e decisões, para que a sociedade possa exercer sua cidadania e, dessa forma, consolidar a democracia”. Sacramento e Pinho (2008) destacam que a transparência na administração pública vai além da divulgação ou publicação de informações elaboradas pelos seus gestores, deve alcançar um nível de evidenciação que permita à sociedade julgar as ações dos seus gestores.

Sendo assim, é importante refletir sobre o conceito de transparência aos moldes atuais do governo brasileiro, uma vez que, para possibilitar a participação popular nas decisões do Estado, não basta que a informação esteja disponível nos portais eletrônicos é necessário que os cidadãos possam compreendê-la. Em consonância com Cançado, Tenório e Pereira (2011), para tornar possível a tomada de decisão coletiva baseada no entendimento esclarecido a transparência é uma condição necessária. Sendo assim, “a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes” (Cançado; Tenório; Pereira, 2011, p. 697-703).

Além disso, Pinho *et al.* (p. 5, 2019) alertam sobre o “risco de colonização desses espaços por parte do Estado e de interesses corporativos”. Portanto, sem a devida atenção para inclusão ampla da sociedade nos processos voltados para a participação social democrática, tal participação tende a ser elitista, pois nem todos conseguem ter o entendimento necessário para compreender o processo, não por desinteresse, mas sim pelas formas de exclusão social que estão enraizadas na sociedade. Um estudo feito por Akutsu e Pinho (2002) reflete sobre o fato de no Brasil o Estado funcionar como tutor e o povo como tutelado, pelo fato de não existir uma cidadania ativa.

A sociedade acaba delegando ao Estado as decisões e além de não participar do processo decisório também não fiscaliza as ações do Estado. Apesar desse estudo ter sido realizado em 2002, poucas mudanças são notadas desde então. Mesmo com a disponibilização do portal da transparência, lançado pela Controladoria Geral da União (CGU) em 2004, e a regulamentação de acesso à informação por meio da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que trouxe como ferramenta para efetivação dos direitos nela indicados o portal e-SIC, é notório que o Brasil ainda precisa percorrer um longo caminho para conseguir de fato promover o controle social na gestão pública.

De acordo com Stefanni (2015), é necessário o fortalecimento das capacidades de governo relacionadas ao uso de TICs e vinculadas à participação social para ampliar e

consolidar a democracia participativa. O seu estudo aponta que as questões organizacionais e políticas são mais condicionantes a proporcionar a participação social do que as questões tecnológicas. Ressalta ainda a necessidade de ações que tenham a finalidade de facilitar, disseminar e incentivar a utilização de TIC nos processos participativos, todavia para isso é preciso que aconteça uma mudança cultural na sociedade, e esse não é um processo rápido, mas ele deve ocorrer mesmo que lentamente.

Sacramento e Pinho (2008) também destacam a necessidade da construção de uma cultura ético-política que seja constantemente revitalizada na comunidade, para difundir na sociedade o conhecimento necessário para que os cidadãos tenham condições de deliberar, já que caso isso não ocorra, a participação é convertida em exclusão. Os autores destacam ainda que apesar dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal serem tímidos, é possível perceber avanços da administração pública rumo a uma maior participação popular em sua gestão. Para tanto, os governantes devem apontar os caminhos e abrir possibilidades às pessoas e aos movimentos sociais (Sacramento; Pinho, 2008). Logo, é preciso desenvolver estratégias políticas a fim de entender essas necessidades e desenvolver mecanismos para atender a tais demandas.

No Brasil apesar de alguns mecanismos, citados anteriormente, disponibilizados com o intuito de possibilitar a participação social, ainda faltam políticas que visem preparar e incentivar a população para exercer essa participação. Desse modo, e em concordância com Helbig, Gil-García e Ferro (2009), é preciso considerar os vários níveis de desigualdade existentes na sociedade que influenciam a capacidade e a motivação para o uso desses mecanismos de e-participação.

Cançado, Tenório e Pereira (2011) apontam que as pessoas que são afetadas pelas decisões devem participar delas. Segundo esses autores, para que a participação social ocorra de fato é preciso a emancipação da sociedade, para que o cidadão possa se libertar da manipulação e tomar decisões baseadas no entendimento bem compreendido. Para que a gestão participativa avance é necessário a agregação de conhecimento científico e de recursos humanos qualificados, já que na gestão participativa os novos gestores devem ser bons intelectuais (Sacramento, Pinho, 2008).

É preciso ainda, uma reestruturação cultural da sociedade para trilhar um caminho de um melhor acompanhamento da gestão pública, na qual os cidadãos tenham espaço para o diálogo. Para isso, é necessário proporcionar, além dos portais digitais que já existem tais como o portal da transparência e o serviço de informação ao cidadão, motivação para utilizar esses canais, e uma linguagem compreensível para de fato proporcionar entendimento do que

está sendo publicado só assim a sociedade terá a capacidade e a vontade de participar ativamente e democraticamente dos processos de tomada de decisão coletiva. Buscando verificar como tem sido abordado o tema transparência e acesso à informação na gestão pública, a próxima seção apresenta uma revisão sistemática da literatura que permite uma melhor compreensão sobre o tema.

2.2 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: CRONOLOGIA E FERRAMENTAS

Os avanços tecnológicos possibilitaram o desenvolvimento de ferramentas capazes de ampliar a transparência na gestão pública. Nesse contexto, iniciativas inseridas dentro do que se concebe como governo eletrônico tornam possível aproximar o cidadão da gestão pública e, assim, permitir o acompanhamento das arrecadações e dispêndios de forma a contribuir com o aperfeiçoamento da cidadania e do próprio processo democrático (Tavares; Bitencourt, 2021).

Em âmbito mundial, um passo importante para esse caminho foi a *Open Government Partnership* (Parceria para Governo Aberto). Lançada em 2011, essa iniciativa foi composta por oito países: Brasil, Estados Unidos, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul e Reino Unido. A iniciativa cresceu e agora inclui mais de 70 países, que se comprometem a promover a transparência, prestação de contas e participação cidadã em seus governos. Essa parceria busca fortalecer a governança democrática e melhorar a qualidade dos serviços públicos por meio do engajamento da sociedade civil e da colaboração entre governos e cidadãos.

No Brasil, especificamente, muitos passos foram dados a caminho de uma gestão mais participativa e transparente. Tomando como base as iniciativas de âmbito federal, em 1998, foi criado o site Contas Públicas com base na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. A criação desse site possibilitou a divulgação de diversas informações de natureza contábil, financeira e orçamentária. Posteriormente, em maio de 2000, foi sancionada a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina formas de prevenção e correções a fim de manter o equilíbrio das contas públicas e dá ênfase à necessidade de transparência da Gestão Fiscal.

Já em 2004, foi criado o portal da transparência lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), no qual é possível consultar dados sobre a execução orçamentária e financeira da União. As informações disponibilizadas pelo portal da transparência referem-se à esfera federal

do poder executivo sobre orçamento anual detalhadas por receitas e despesas, programas e ações orçamentárias, licitações e contratos, convênios, quadro funcional e remuneração paga aos servidores. Essas informações são advindas de diversas fontes tais como as bases de benefícios sociais, faturas de cartões de pagamentos do governo federal e dos sistemas federais tais como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) (CGU, 2023).

Para regulamentar o acesso à informação, já previsto inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, foi sancionada a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), a qual traz em seu art. 5º que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Brasil, 2023). A LAI foi implantada a partir do Decreto nº 7.724, de maio de 2012, e que trouxe como ferramenta para efetivação dos direitos nela indicados o portal e-SIC, instrumento que possibilita à sociedade solicitar informações diretamente aos órgãos federais (Brasil, 2012).

Em maio de 2023 o decreto nº 11.529, alterou o alterou o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI e institui para o âmbito da administração pública federal, o sistema de integridade, transparência e acesso à informação da administração pública federal e a política de transparência e acesso à informação da administração pública federal (SITAI). Dentre os objetivos do programa constam coordenar e articular as atividades relativas à transparência e ao acesso à informação e aumentar a simetria de informações nas relações entre a administração pública e a sociedade e entre as suas competências monitorar o cumprimento das normas relativas à transparência e ao acesso à informação (Brasil, 2023). O Quadro 1 apresenta um resumo das iniciativas de transparência pública no Brasil.

Quadro 1 - Principais iniciativas de transparência pública no Brasil a nível Federal

Ano	Iniciativa	Objetivo
1998	Site Contas Públicas	Disponibilizar informações de natureza contábil, financeira e orçamentária
2000	Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	Estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina formas de prevenção e correções a fim de manter o equilíbrio fiscal, a transparência, o controle e o combate à corrupção.
2004	Portal da transparência	Disponibilizar dados sobre a execução orçamentária e financeira da União
2011	Lei de Acesso à Informação - LAI	Regular o acesso a informações públicas
2012	Portal e-sic	Possibilitar à sociedade solicitar informações diretamente aos órgãos federais
2023	SITAI	Coordenar e articular as atividades relativas à transparência e ao acesso à informação e aumentar a simetria de informações nas relações entre a administração pública e a sociedade

Fonte: elaboração própria.

Sendo assim, podemos sintetizar os canais de acesso à informação no âmbito do poder executivo federal nos seguintes: e-SIC (sistema eletrônico do serviço de informações ao cidadão) no qual o cidadão pode registrar solicitações de informações, portal da transparência, onde são disponibilizados diversos dados para consulta aberta, dados.gov.br (portal de dados abertos) disponibiliza uma ampla variedade de dados públicos em formato aberto, permitindo o acesso a informações governamentais de diversas áreas, Diário Oficial da União (DOU) divulgados atos normativos, como leis, decretos, portarias e outros documentos oficiais.

Todavia, apesar dos avanços notados nesse cenário, somente dispositivos legais não são suficientes para proporcionar de fato acesso à informação e a participação social, uma vez que, na maioria dos países, existe uma cultura de sigilo no âmbito do governo (Gama; Rodrigues, 2018). Segundo Janderova (2022), com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a transparência pública tornou-se mais discutida à medida que o fornecimento de informações ao público ficou mais simplificado. Entretanto, ainda assim os níveis de transparência são muitas vezes abaixo do esperado em órgãos públicos ou governamentais (Tavares; Cruz, 2020) sendo ainda comum um comportamento voltado para o sigilo (Anibolet; Ferreira; Lima, 2022).

2.2.1 Transparência e acesso à informação pública: uma revisão sistemática de literatura

O tema transparência pública tem sido pesquisado nas mais diversas áreas do conhecimento. É fundamental conhecer o que vem sendo pesquisado sobre o assunto a fim de identificar as lacunas existentes. Logo, o objetivo desta revisão sistemática da literatura foi

analisar a produção científica sobre Transparência e Acesso à Informação Pública, a fim de verificar como esse tema tem sido trabalhado na literatura acadêmica. Para isso, a seguinte pergunta de pesquisa foi formulada: qual é o perfil das pesquisas sobre Transparência e Acesso à Informação Pública? A resposta a essa pergunta pode propiciar o conhecimento das lacunas para criação de novas estratégias de abordagem sobre o assunto. Estudar e aprofundar o debate sobre transparência pública também é relevante para a sociedade, já que é fundamental criar mecanismos para que o controle social ocorra na gestão pública. Essas pesquisas trazem à tona os sucessos e obstáculos dessas políticas e proporcionam reflexões importantes a fim de encontrar soluções que contribuam para uma gestão cada vez mais transparente e para uma sociedade mais participativa.

Dito isso, esta revisão sistemática da literatura é composta pelas seguintes seções: metodologia, resultados e discussões, onde são apresentados os dados bibliométricos, metodológicos e análise de conteúdo, e conclusão.

2.2.2 Procedimentos metodológicos da RSL

A revisão sistemática de literatura visa ser abrangente na cobertura da literatura sobre um determinado tema e, através de uma abordagem clara e sistemática, apresentar a síntese desses resultados (Kempeneer; Pirannejad; Wolswinkel, 2023). Esse estudo segue o método 'Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses' (PRISMA) a fim de garantir transparência e precisão.

Conforme o Quadro 2, a pesquisa foi feita nas plataformas Web of Science (WOS) e Scopus por serem bases de dados que armazenam uma vasta quantidade de artigos e abrangem um amplo conjunto de periódicos de diferentes editoras proporcionando um acesso global à maior parte da literatura científica publicada em nível internacional. Para facilitar possíveis replicações do trabalho, a busca foi feita nessa ordem e com os seguintes critérios: trabalhos contendo as palavras-chaves “*Transparency*” and “*Access to information*”. Outras palavras foram testadas como: “*Quality of information*”, “*transparency portals*”, “*digital government*” e “*social control*” porém restringiam os resultados, impossibilitando atingir o objetivo de verificar como esse tema tem sido trabalhado na literatura acadêmica. A busca foi realizada no dia 12/05/2023 e não foi utilizado nenhum filtro específico para a data, selecionando toda publicação disponível até a data da pesquisa. Os idiomas escolhidos foram inglês e português, a língua inglesa foi escolhida por concentrar o maior número de artigos acadêmicos e o maior impacto na literatura atual e a língua portuguesa por representar o que

está sendo pesquisado no Brasil local foco desta pesquisa. Foram selecionados apenas artigos com acesso aberto, disponíveis gratuitamente na internet e os da área de concentração desta pesquisa, ciências sociais.

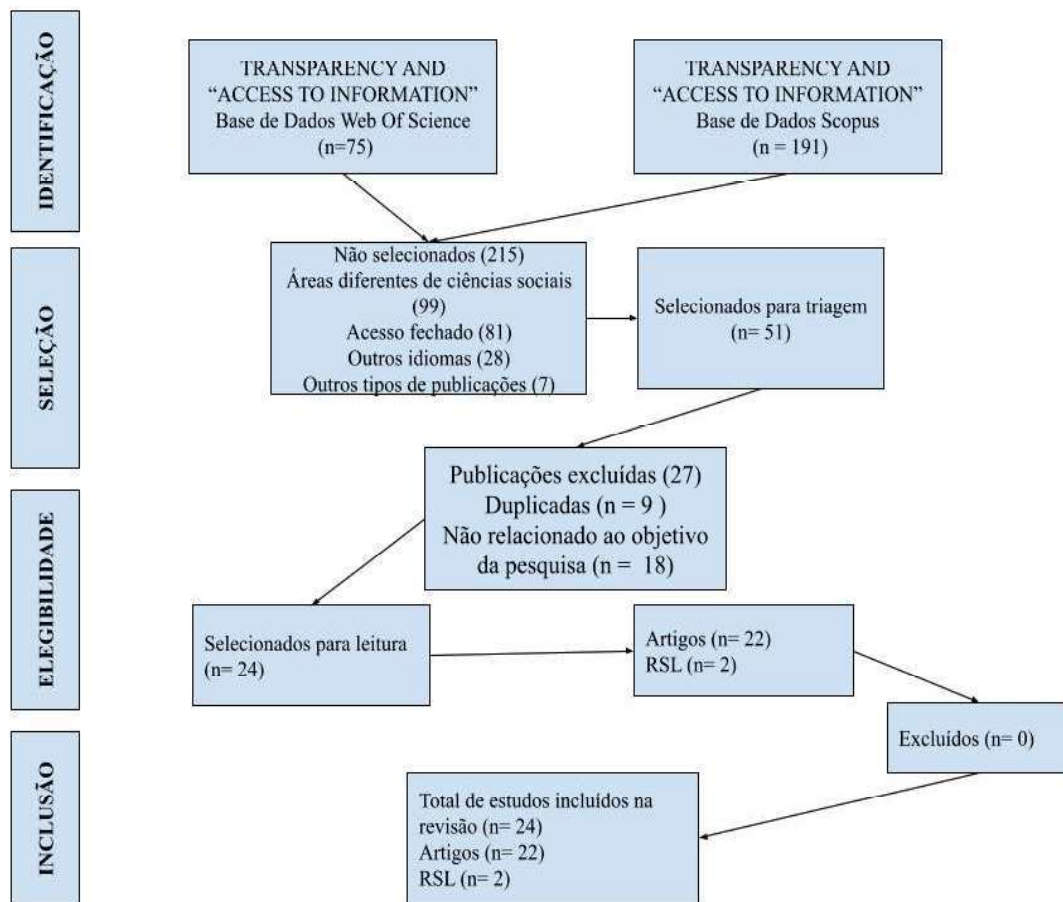
Quadro 2 - Procedimentos da RSL

Informações	Critérios	Resultados
Descritores Termos nas palavras-chave	“Transparency” and “Access to information”	266
Plataforma de busca	Web of Science e Scopus	
Data de busca	12/05/2023	
Idioma	Inglês e Português	
Parâmetros de seleção	Inclusão de artigos publicados até 12/05/2023 na área de Ciências Sociais com acesso aberto (disponíveis gratuitamente na web) . Exclusão de artigos duplicados e não relacionados à temática transparência e acesso à informação na gestão pública.	
Software de análise dos dados	Planilhas Google	
Repositório de dados e scripts	https://drive.google.com/drive/folders/1d0dFxf65bOEJ1NzLfxm8OyG7CrliQfb?usp=drive_link	

Fonte: elaboração própria.

Conforme a Figura 1 Diagrama de seleção dos trabalhos, a busca resultou 75 trabalhos na *Web of Science* e 191 na *Scopus*. Na plataforma *WOS* foram excluídos 36 trabalhos de acesso fechado, nove em idioma espanhol, quatro do tipo material editorial e um documento de processo. Restando 24 artigos e uma revisão sistemática de literatura (RSL). Já na plataforma *Scopus* foram selecionados apenas os trabalhos da área de ciências sociais, já que foi observado um considerável número de trabalhos relacionados a outras áreas de pesquisa e que tratavam de temas diversos do interesse de pesquisa. Foram excluídos 45 trabalhos de acesso fechado, dois do tipo material editorial, 19 em idiomas francês ou espanhol. Restando 25 artigos e uma revisão sistemática de literatura (RSL).

Figura - 1 Diagrama de Seleção dos Trabalhos



Fonte: elaboração própria, baseada em checklist PRISMA.

Portanto, foram estabelecidos critérios de seleção para os trabalhos, que deveriam ser do tipo *"article"* ou *"review"*, escritos em inglês ou português, pertencentes à área de ciências sociais e com dados abertos. Após a aplicação dos filtros, restaram 51 trabalhos, dos quais nove foram excluídos devido à duplicação. Apesar da filtragem, uma pesquisa em espanhol ainda permanecia e, conseqüentemente, foi excluída. Isso resultou em 42 trabalhos elegíveis para a análise do título e resumo. Após essa avaliação, verificou-se que 17 deles abordavam temas diferentes do foco desta pesquisa, como pandemia, processos judiciais, governança das águas, governança climática, entre outros. Portanto, esses artigos foram excluídos, restando 24 trabalhos que requerem uma leitura integral. Entre esses, encontram-se 22 artigos e duas revisões sistemáticas da literatura.

Após a etapa de consolidação das buscas nas plataformas, foram feitas as leituras dos títulos e resumos, para a escolha dos trabalhos que serviram de base para esse estudo. Optou-se por selecionar os trabalhos que abordaram o tema transparência e acesso à informação relacionados à gestão pública e aos normativos de transparência nacionais e ou internacionais.

A extração dos dados foi feita manualmente a partir da leitura na íntegra dos trabalhos. As principais análises são no que diz respeito aos dados bibliométricos, metodológicos e ao conteúdo, analisando as interseções entre eles, os objetos de pesquisa e os principais achados. A próxima seção abordará essas análises.

2.2.3 Resultados e discussão

Esta seção apresenta as análises obtidas a partir da leitura dos trabalhos escolhidos, as primeiras observações foram feitas a partir de dados bibliométricos e metodológicos. O Quadro 3 a seguir apresenta os artigos detalhados por ano, autor, título do artigo, periódico de publicação, idioma, tipo e quantidade de citações.

Quadro 3 - Seleção da RSL

ID	Autor (ano)	Título	Periódico	Tipo (idioma)	Citado
1	Lemieux et al. (2015)	Transparency and open government: Reporting on the disclosure of information	Ejournal of Edemocracy and Open Government	Artigo (inglês)	3
2	Gama; Rodrigues (2016)	Transparency and access to information: A study of demand for accounting information in Brazilian federal universities	Transinformação	Artigo (português)	6
3	Caleffi; Raupp (2017)	Evaluation of fiscal transparency and access to information in websites of brazilian legislative assemblies	Meta: Avaliação	Artigo (português)	0
4	De Carli; Fachin (2017)	The Law of Access to Information and a document management	Biblios	Artigo (português)	0
5	Mueller; Engewald (2018)	Making Transparency Work: Experiences from the Evaluation of the Hamburg Transparency Law	Central European Public Administration Review	Artigo (inglês)	2
6	Gama; Rodrigues (2018)	Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico: contribuição e limites na implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil	Em Questão	Artigo (português)	0
7	Schnell; Jo (2019)	Which Countries Have More Open Governments? Assessing Structural Determinants of Openness	American Review of Public Administration	Artigo (inglês)	15
8	Vianna et al. (2019)	Contribuições da lei de acesso à informação para o avanço da transparência no	Gestão e Desenvolvimento	Artigo (português)	0

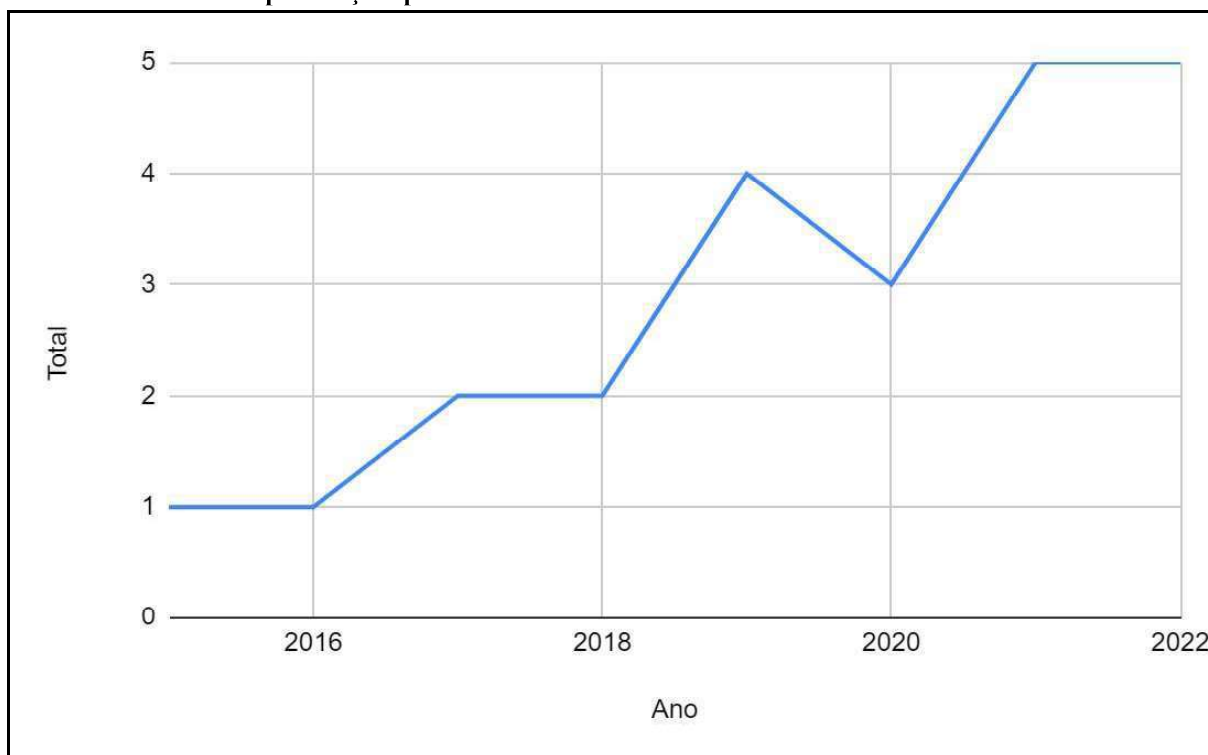
		Brasil			
9	Nohara; Colombo (2019)	Tecnologias cívicas na interface entre direito e inteligência artificial: Operação Serenata de Amor para doces ou travessuras?	A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional	Artigo (português)	1
10	Koch (2019)	Promise and Practice of the Principle of Equal Access to Information in the Danish Local Administration	Central European Public Administration Review	Artigo (inglês)	0
11	Tavares; Cruz (2020)	Explaining the transparency of local government websites through a political market framework	Government Information Quarterly	Artigo (inglês)	40
12	Pinto; Pinto (2020)	Política de acesso à informação nas capitais nordestinas: análise do cumprimento da LAI pelo Poder Executivo Municipal	Navus-Revista de Gestão e Tecnologia	Artigo (português)	0
13	Ferracioli; Marques (2020)	O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação	Observatório	Artigo (português)	0
14	Berliner et al. (2021)	The Political Logic of Government Disclosure: Evidence from Information Requests in Mexico	Journal of Politics	Artigo (inglês)	7
15	Pinto; Pinto (2021)	Acesso à informação: traçando um panorama da Lei 12.527/2011 a partir de uma revisão sistemática da literatura.	Gestão e Desenvolvimento	Artigo (português)	0
16	Oliveira; Fonseca (2021)	Fatores de sucesso na abertura de dados: o caso do Banco Central do Brasil	Revista do Serviço público	Artigo (português)	0
17	Grigoletto; Gama; Gama (2021)	Transparência e acesso à informação: uma análise da demanda por informações fiscais na receita federal do Brasil	Encontros Bibli-Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Artigo (português)	1
18	Tavares; Bitencourt (2021)	Diálogo entre direito e engenharia de software para um novo paradigma de transparência: o controle social digital	Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo	Artigo (português)	1
19	Batista; Rocha; Nascimento (2022)	Atar as mãos do sucessor ou seguir o vizinho? Difusão do acesso à informação nos municípios brasileiros	Revista de Administração Pública	Artigo (inglês)	0
20	Santana; Silva;	Transparência da	Em Questão	Artigo	0

	Silva (2022)	informação e dados abertos das prefeituras da Região Metropolitana do Recife.		(português)	
21	Anibolet; Ferreira; Lima (2022)	Ato de acesso à informação na educação pública: um estudo de caso no IF sudeste MG	Revista on Line de Política e Gestão Educacional	Artigo (português)	0
22	Janderova (2022)	Advances in Transparency and Right to Access Information in The Czech Republic - Evolution of the Interpretation of Contested Statutory Provisions	Central European Public Administration Review	Artigo (inglês)	0
23	Mabillard; Keuffer (2022)	Does freedom of information contribute to more open administrations? An empirical analysis of the link between active and passive forms of transparency	International Review of Public Administration	Artigo (inglês)	1
24	Kempeneer; Pirannejad; Wolswinkel (2023)	Open government data from a legal perspective: An AI-driven systematic literature review	Government Information Quarterly	Artigo (inglês)	0

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que apenas alguns autores, como Gama, (2016; 2018; 2021), Pinto, (2020; 2021) e Rodrigues, (2016; 2018) publicaram mais de uma pesquisa sobre o tema. Além disso, essas pesquisas foram publicadas em 19 periódicos distintos, o que indica que os estudos sobre o tema não estão concentrados em publicações específicas. A maior parte das revistas teve apenas uma publicação sobre o tema, sendo exceção a *Central European Public Administration Review* que teve três publicações e a *Em Questão, Gestão e Desenvolvimento* e *Government Information Quarterly* que tiveram dois artigos em cada uma delas.

Apesar da Lei de Acesso à Informação ser de 2011. As primeiras pesquisas, publicadas usando as palavras-chave “transparência e acesso à informação”, foram de 2015. Tal estudo examina os dados sobre pedidos de informações, reclamações e apelações publicados por órgãos centrais de oito países (Brasil, Índia, Jordânia, México, África do Sul, Tailândia, Reino Unido e Estados Unidos) entre 2011 e 2013. Essa pesquisa fez parte de um estudo maior para o Banco Mundial sobre a implementação efetiva das leis de direito à informação a fim de verificar os primeiros resultados mundiais dessa legislação (Lemieux, *et al.*, 2015). A partir daí esse tema permanece presente nas pesquisas, ganhando mais destaque nos anos de 2021 e 2022. No Gráfico 1 não foram apresentados os artigos do ano em curso 2023, já que ficaria incompleto apresentar dados deste ano.

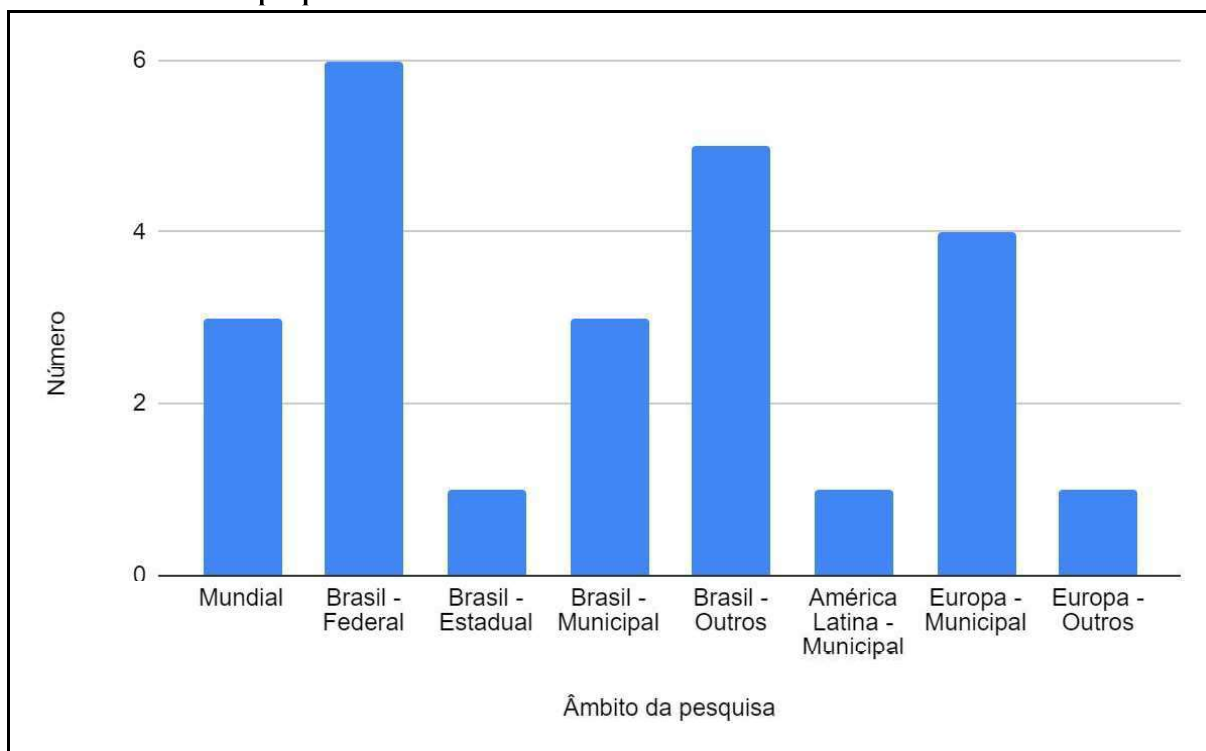
Gráfico 1 - Número de publicações por ano

Fonte: elaboração própria.

No tocante às metodologias das pesquisas, observou-se que 12 publicações utilizaram dados secundários e pesquisas bibliográficas e documentais, as outras 12 dividiram-se em estudo de caso, experimento, entrevistas e questionários. Quanto ao tipo de abordagem, a maioria das pesquisas são qualitativas, oito delas são quantitativas e apenas cinco são quanti-qualitativas.

Conforme aponta o Gráfico 2 a seguir, os estudos sobre transparência da informação pública abordam os mais diversos enfoques de pesquisa. Entre as pesquisas científicas selecionadas, três delas abordam o tema em uma perspectiva global. Seis pesquisas se concentram na análise da transparência em nível federal no Brasil, com um foco específico nos órgãos públicos federais. Uma pesquisa discutiu o tema em âmbito estadual. Além disso, é possível observar que oito delas direcionaram seu foco para o nível municipal, incluindo três que se dedicaram a municípios brasileiros, uma a um município no México e, das cinco pesquisas realizadas em países europeus, quatro também exploraram a transparência no âmbito municipal, abrangendo Dinamarca, Portugal, Suíça e República Tcheca. Cinco são pesquisas brasileiras que refletem sobre vários aspectos da transparência pública de uma forma mais ampla, discutindo os normativos legais, os instrumentos disponíveis para a disponibilização das informações e os benefícios para a sociedade.

Gráfico 2 - Âmbito de pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Vianna, *et. al* (2019) apresentaram um panorama da produção científica sobre a LAI, tendo como premissa o consequente estreitamento das relações entre o governo e a sociedade através do advento da internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O estudo revelou que o número de publicações sobre a LAI variou a cada ano, porém com um interesse contínuo no tema e que a maioria dos artigos avaliou o cumprimento dos requisitos da LAI nos órgãos, seguido pela contextualização da lei. É possível perceber, que apesar dos estudos terem critérios de buscas diferentes, as pesquisas ainda seguem o mesmo panorama no que diz respeito ao foco de estudo e âmbitos de pesquisas.

Em consonância com os dados apresentados, Ferracioli e Marques (2020) verificaram que no Brasil o poder executivo federal é o alvo preferencial das buscas por informações. Em uma pesquisa realizada por Pinto, Finger e Pinto (2021), sobre o panorama da produção acadêmica brasileira a respeito da Lei 12.527/2011, os resultados destacaram pesquisas voltadas à aplicação da lei na esfera do Poder Executivo Municipal e Federal (a maioria dos estudos focou em Instituições Federais de Ensino Superior), além de obras que discutem a lei e sua contribuição para o país. De acordo com os autores há um progressivo interesse pelo tema e desafios na aplicabilidade da lei em diferentes órgãos e esferas de poder.

Recentemente, Kempeneer, Pirannejad e Wolswinkel (2023) buscaram analisar o impacto concreto da lei OGD (*open government data*), utilizando uma revisão sistemática da

literatura conduzida por inteligência artificial, combinando publicações jurídicas e da administração pública. A revisão mostra que não há evidências precisas para responder à questão. Segundo os autores, a maioria dos artigos não tratam sobre o funcionamento na prática dos dados abertos governamentais (Kempeneer; Pirannejad; Wolswinkel, 2023).

O Quadro 4 a seguir mostra a seleção dos quatro autores mais citados a fim de tentar identificar o que essas produções teriam em comum, o que também levaria a entender o que está sendo mais buscado nos trabalhos sobre esse tema. É possível perceber que não existe uma relação clara a respeito do ano de publicação e maior número de citações, já que o artigo mais citado é de 2020.

Quadro 4 - Autores mais citados

Ano	Autores	Nº Citações	Objetivo
2016	Gama, JR, Janyluce; Rodrigues, GM	6	Verificar o comportamento da demanda por informações contábeis nas universidades públicas federais após a edição da Lei de Acesso à Informação.
2019	Schnell, S; Jo, S	15	Investigar fatores políticos, administrativos e cívicos estão associados a governos mais abertos em todo o mundo.
2020	Tavares, AF; da Cruz, NF	40	Verificar se a transparência é impulsionada principalmente pela liderança, capacidade e outros traços políticos dos próprios governos locais ou se ela depende de fatores sociais, culturais e/ou outros fatores da comunidade local.
2021	Berliner, D; Bagozzi, BE; Palmer-Rubin, B; Erlich, A	7	Examinar a capacidade de resposta do governo às solicitações de acesso à informações governamentais no México.

Fonte: elaboração própria.

Essas pesquisas foram publicadas em revistas distintas. Nota-se que as duas publicações mais citadas tiveram o objetivo em comum, estudaram sobre fatores que influenciam a transparência pública. A terceira mais citada teve como objetivo estudar a capacidade de resposta do governo em relação aos pedidos de informação e a quarta mais citada objetivou verificar o comportamento da demanda de informações contábeis nas universidades públicas.

Com relação ao conteúdo dos artigos selecionados nesta revisão sistemática, procurou-se perceber pontos em comum entre as pesquisas, no tocante a forma de abordagem dos temas e principalmente em relação aos resultados. Para verificar se as pesquisas sobre a mesma temática chegaram a resultados semelhantes, se são corroborados por outros autores ou se complementam.

Lemieux *et al.* (2015) publicaram a pesquisa intitulada “*transparency and open government: Reporting on the disclosure of information*” com o objetivo de analisar dados

sobre pedidos de informações, reclamações e apelações publicados por órgãos centrais de relatórios em oito países, no período 2011 e 2013. Ele avaliou essas estatísticas para o Brasil, Índia, Jordânia, México, África do Sul, Tailândia, Reino Unido e Estados Unidos. A análise partiu de uma pesquisa quantitativa com utilização de dados publicados pelos países da amostra. Os seus resultados sugerem que os relatórios sobre as leis de acesso à informação não eram padronizados e não apresentavam informações completas. Segundo Lemieux *et al.* (2015) a desigualdade nos relatórios sugere a necessidade de uma discussão global sobre os padrões de relatórios para proporcionar acesso à informações, visando um monitoramento e implementação mais eficazes dessas leis de transparência nos países.

Posteriormente, Gama e Rodrigues (2016) discorreram sobre possíveis motivos para essa assimetria das informações e fatores que podem interferir no processo de acesso à informação. Com o título “Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras” os autores buscaram responder a seguinte questão “qual é o comportamento da demanda por informações contábeis nas universidades federais, após todo o esforço do Governo Federal na busca pela evidenciação e transparência das informações públicas, com a construção de um arcabouço legal nos últimos anos?”

Para responder essa pergunta, Gama e Rodrigues (2016) fizeram uma pesquisa bibliográfica e documental, na literatura e nos portais de acesso à informação, e verificaram que nos dois primeiros anos da Lei de Acesso à Informação, aproximadamente 60% das universidades federais receberam solicitação de informações contábeis. Verificaram que houve uma redução de apenas 2% no número total de solicitações de informações contábeis. Mesmo com a regulamentação das leis de transparência e acesso à informações, a falta de tecnologia, de treinamento para os servidores e a falta de uma gestão de informação no setor público, são alguns dos problemas que dificultam a disponibilização de informações (Gama; Rodrigues, 2016).

Com o intuito de Avaliar o nível de transparência das assembleias legislativas brasileiras Caleffi e Raupp (2017) fizeram uma pesquisa, quanti-qualitativa nos portais de transparência das assembleias legislativas brasileiras, intitulada “*Evaluation of fiscal transparency and access to information in websites of brazilian legislative assemblies*” e verificaram que a maioria dos portais avaliados possui média e baixa capacidade de transparência fiscal e de acesso à informação, nenhuma assembleia legislativa demonstrou atender a totalidade das dimensões inseridas no modelo de análise.

Carli e Fachin (2017) na pesquisa “*The Law of Access to Information and a document management*” discutiram sobre aspectos da LAI e sua relação com a gestão documental, além da necessidade da atuação do profissional arquivista nos arquivos públicos e privados. Eles concluíram que a ausência da gestão documental nas diferentes fases arquivísticas, pode dificultar a aplicação da LAI e defendem que a ausência do profissional arquivista para organizar a massa documental e disponibilizá-la aos usuários também contribuem para o não cumprimento integral da legislação. Apontam ainda, que as tecnologias da informação e da comunicação precisam ser cada vez mais aperfeiçoadas para atender as necessidades dos usuários.

Mueller, Engewald (2018) através da pesquisa “*Making Transparency Work: Experiences from the Evaluation of the Hamburg Transparency Law*” buscaram avaliar a Lei de Transparência de Hamburgo (HmbTG) a fim de verificar em que medida os efeitos pretendidos pelo estabelecimento de FOIAs (*Freedom of Information Act*) são alcançados e como sua implementação pode ser melhorada. O estudo foi realizado através de survey, a análise dos dados foi quanti-qualitativa, para avaliar a perspectiva da população a respeito da FOI. Concluíram que a Lei de Acesso à Informação alcançou seu principal objetivo de fornecer acesso gratuito e direto às informações governamentais. Os usuários da informação e representantes de outros grupos de interesse destacaram que as informações disponíveis no portal eram, em sua maioria, compreensíveis, completas e úteis. Mesmo assim, foram identificadas algumas fragilidades que precisam ser melhoradas no futuro (Mueller; Engewald, 2018).

Alinhados com o defendido por Gama e Rodrigues (2016), Mueller e Engewald (2018) também destacam que é essencial desenvolver uma infraestrutura técnica adequada para divulgar informações de forma eficiente e que são necessárias medidas de acompanhamento e treinamento para apoiar a implementação da lei. É importante ressaltar que a disponibilização de informações sobre a gestão pública não é suficiente para que a sociedade possa exercer um controle social efetivo, para isso são necessárias medidas que tornem o uso e a compreensão dessas informações mais acessíveis e fáceis (Gama; Rodrigues, 2018).

No Brasil uma dessas medidas foi a implantação do vocabulário controlado do governo. Gama e Rodrigues (2018) buscaram identificar as contribuições e limitações do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) nesse processo. Os resultados revelaram que o VCGE tem contribuições significativas, como facilitar o acesso do público em geral, sem a necessidade de conhecimentos especializados, e classificar as demandas por meio do Sistema de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União, o e-SIC. No entanto,

também foram identificadas limitações, como a falta de ações da Controladoria-Geral da União para preparar os gestores públicos no uso dessa ferramenta (Gama; Rodrigues, 2018).

Tavares e Cruz (2020) investigaram os fatores impulsionadores da transparência no governo local. O estudo teve como objetivo compreender quais aspectos estão relacionados à transparência nos governos locais em Portugal. Os resultados sugerem que a transparência do governo local está mais associada às características dos governos locais e aos líderes eleitos do que às pressões socioeconômicas e demográficas dos cidadãos. Fatores como ter um prefeito do sexo masculino, longos períodos de permanência no poder e margens de vitória menores nas eleições locais estão relacionados a níveis mais baixos de transparência. Por outro lado, a autonomia financeira é um impulsionador crucial da transparência (Tavares; Cruz, 2020). Quanto à demanda por transparência, verificou-se que a taxa de desemprego e a idade média da população municipal têm associação negativa com a transparência (Tavares; Cruz, 2020).

Já Koch (2019) testou o princípio legal de neutralidade de identidade e igualdade de tratamento nos pedidos de informação em municípios dinamarqueses verificando a implementação e eficácia da lei de liberdade de informação (FOIAs) através de um experimento. De acordo com a pesquisa, as autoridades locais dinamarquesas demonstraram uma boa implementação dos princípios de fácil acesso à informação, processando os pedidos sem dificuldades, dentro de um prazo razoável e aparentemente sem tratamento diferenciado com base nos solicitantes.

Outro estudo com uma perspectiva semelhante foi o de Berliner *et al.* (2021) que examinaram a capacidade de resposta do governo às solicitações de acesso à informações governamentais no México. Os achados dessa pesquisa indicam que, ao responder os pedidos de informação, os funcionários favorecem áreas de apoio central com informações que se prestam a gerar responsabilidade pública e demonstram pouco ou nenhum viés partidário no fornecimento de informações úteis para gerar benefícios privados para o solicitante. O estudo não encontrou evidências de favorecimento clientelista na divulgação de informações para benefício privado.

Batista, Rocha e Nascimento (2022), estudaram os motivos que levam os atores políticos a promover a transparência pública, testando as motivações políticas e informacionais para explicar a adoção de leis de transparência com uma análise subnacional da difusão da LAI nos municípios brasileiros (no período de 2011-2019). A pesquisa aponta evidências favoráveis de que os prefeitos em segundo mandato são mais propícios a regulamentar a LAI e que municípios localizados em Estados com maior proporção de adoção de LAI são influenciados a adoção, o que indica que fatores políticos e informacionais podem ser importantes para explicar

a promoção da transparência no nível local. Os resultados desse estudo apontam também que um maior número de habitantes e PIB também pode influenciar a adoção de adesão à LAI.

Em consonância com esse resultado, a pesquisa de Santana, Silva e Silva (2022) sobre transparência da informação e dados abertos das prefeituras da Região Metropolitana do Recife também indica que municípios maiores possuem um maior nível de transparência. Os autores apontam que tal fato pode ser explicado, justamente, porque um maior número de habitantes e PIB podem influenciar os municípios a possuírem um melhor nível de transparência pública.

Mabillard, Keuffer (2022) também verificaram que municípios maiores possuem um maior transparência ao avaliar 2.222 municípios suíços. Os achados, indicam que práticas de transparência ativas não são maiores em entidades regionais que promulgaram leis de transparência passiva. No entanto, eles indicam que os níveis de transparência ativa são ligeiramente maiores em municípios onde a liberdade de informação foi implantada há muito tempo. E os municípios com mais recursos humanos são mais proativos em ações online. Esse estudo sugere que a institucionalização da transparência por meio de leis de liberdade de informação não leva automaticamente a um bom resultado de transparência.

Pinto, Rita e Pinto, (2020) ao verificar se o Poder Executivo das capitais de estados do nordeste brasileiro cumprem a LAI em seus sítios virtuais, concluiu que sete das nove prefeituras pesquisadas, cumprem eficientemente mais da metade dos requisitos estabelecidos pela LAI. De acordo com essa pesquisa, a maioria dos itens não cumpridos de maneira efetiva ocorre devido a disposição de informações nos sítios virtuais.

Schnell e Jo (2019) realizaram uma análise quantitativa dos dados divulgados pelos 121 países da *Open Government Partnership*, uma iniciativa internacional que envolve vários países e entidades da sociedade civil. O objetivo do estudo foi investigar os fatores políticos, administrativos e cívicos associados a governos mais abertos em todo o mundo. Os resultados mostraram que países com restrições mais rígidas ao poder executivo e níveis mais elevados de educação cidadã tendem a ter governos mais abertos. A presença de organizações da sociedade civil também desempenha um papel significativo na transparência orçamentária e nas liberdades, embora não tenha impacto direto no acesso à informação divulgada. Por outro lado, a liberdade de imprensa mostrou-se relevante tanto para o acesso à informação quanto para a liberdade. O estudo concluiu que as características políticas e cívicas de um país têm um suporte igual ou maior do que a capacidade administrativa quando se trata de abertura de dados e que isso reforça a importância da democracia no contexto da disponibilização de dados governamentais.

Janderova (2022) analisou os avanços na transparência da administração pública, na República Tcheca desde a década de 1990, explorando o equilíbrio por meio da interpretação judicial administrativa e a relação entre o direito à informação e a prestação de contas. Apontou que os instrumentos legais podem não ser tão fortes quanto parecem se a conexão entre os princípios de transparência e prestação de contas for fraca. Para Janderova (2022), embora as leis sobre acesso à informação tenham se desenvolvido nos últimos 20 anos, é necessário também focar na prestação de contas para fortalecer a democracia do país, uma vez que, ambos os princípios são essenciais para garantir um sistema administrativo democrático e transparente.

A pesquisa de Oliveira e Fonseca (2021), explorou os motivos de sucesso da política de abertura de dados por meio do estudo de caso do Banco Central do Brasil (BC), destacando que um dos fatores de sucesso dessa política é a forte cultura de transparência disseminada na instituição. Esse estudo também destaca a importância da atuação dos servidores responsáveis por esse processo e o apoio da alta administração.

Tavares e Bitencourt (2021) sugerem que a administração pública poderia adotar a engenharia de software, incluindo linguagens de programação e inteligência artificial, para traduzir as informações disponibilizadas nos portais de transparência e disponibilizar dados em formato aberto. Isso ajudaria a tornar as informações mais compreensíveis para os cidadãos, incentivando assim o controle social. Para que a transparência pública seja efetiva e cumpra com a sua missão é preciso que as informações sejam claras e decodificáveis para possibilitar que sujeitem-se ao julgamento dos cidadãos (Nohara; Colombo, 2019).

Nohara e Colombo (2019) Com a finalidade de demonstrar a vinculação entre os mecanismos de transparência pública, e-Gov e TIC no estabelecimento e consolidação do controle social no combate a desvios e malversação dos recursos públicos destinados à cota para o exercício da atividade parlamentar – Ceap, verificaram que a integração dos instrumentos de transparência pública, em face do egov, com as tecnologias de informação e inteligência artificial foi capaz de trazer à tona vários casos de malversação dos recursos públicos e que a “operação serenata de amor para gostosuras ou travessuras” conseguiu contribuir de maneira efetiva, devolvendo recursos aos cofres públicos, nesse caso específico.

No estudo de Grigoletto, Gama, e Gama (2021), foi analisada a demanda por informações fiscais direcionadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil entre 2014 e 2019. Eles investigaram como os instrumentos de transparência ativa disponíveis no site do órgão estavam relacionados ao número de pedidos de informação. Os resultados indicaram que melhorias nos ambientes de informação, como o atendimento virtual, e a implementação de

mecanismos de gestão da informação e transparência ativa contribuíram para a redução na demanda por pedidos de informação na Receita Federal do Brasil.

Anibolete, Ferreira, e Lima (2022), também correlacionaram a melhoria da transparência ativa com os reflexos nos pedidos formulados em transparência passiva. Os resultados mostraram que houve uma diminuição da demanda por transparência passiva com o aumento da transparência ativa. O estudo identificou pontos de melhoria necessários na transparência ativa do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, destacando que, em alguns casos, pode ter havido uma preocupação superficial com o aspecto nominal da transparência, sem que fosse efetivamente garantido o acesso e compreensão da informação por parte dos cidadãos (Anibolete; Ferreira; Lima, 2022).

Esses dois estudos destacam a importância da transparência ativa, apontando que a transparência ativa foi capaz de reduzir a demanda por pedidos de informação e proporcionou uma melhoria no acesso à informação por parte dos cidadãos. Além disso, eles ressaltam a necessidade de investir em mecanismos de gestão da informação e garantir que a transparência seja efetivamente compreendida e acessível aos cidadãos, não se limitando apenas a cumprir obrigações formais.

2.2.4 Conclusão da RSL

Esta revisão de literatura foi essencial para a construção desta pesquisa uma vez que possibilitou identificar o que tem sido publicado na literatura sobre o tema. Os resultados revelaram que a maioria das pesquisas concentra-se na análise da disponibilização de informações por parte de órgãos públicos, sendo que aproximadamente um terço delas tem como foco o poder executivo municipal. Foi possível perceber que os sites governamentais e os portais de transparência e acesso à informação foram as principais bases de dados dessas pesquisas. Grande parte dos estudos se concentraram em verificar se as leis de acesso à informação estão sendo cumpridas pelos órgãos públicos, enquanto outros exploram diferentes aspectos da transparência pública, como regulamentações legais, instrumentos de divulgação de informações e benefícios para a sociedade.

A partir disso, observou-se uma lacuna no que concerne à avaliação dos resultados das políticas de transparência, no que diz respeito à participação e ao controle social. Uma vez que poucas pesquisas abordam especificamente o impacto das políticas de transparência na capacidade de participação ativa dos cidadãos no processo decisório e no controle da gestão governamental, esta revisão sistemática de literatura também confirma a necessidade de

estudos que analisem a perspectiva do público, suas dificuldades e sua avaliação da condição de acesso e das informações dispostas nos portais de transparência, apontada por Pinto, Finger e Pinto (2021).

As principais limitações desta revisão sistemática da literatura consiste nos próprios critérios de escolhas que podem ter deixado de fora alguma pesquisa importante sobre o tema. Estudos futuros podem ampliar os critérios de busca e as bases analisadas a fim de possibilitar um panorama mais completo sobre o assunto. Dessa forma, este estudo se propõe a verificar a qualidade das informações fornecidas pelo setor público à sociedade, de modo a responder qual é o nível de qualidade das informações fornecidas nos portais de transparência do setor público em âmbito federal, sob a perspectiva do cidadão. Para isso, é importante identificar atributos de qualidade da informação pública que possam mensurar a qualidade das informações, assunto que será apresentado no próximo tópico.

2.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

O art. 4º, inciso I, da Lei 12.527/2011 define informação como “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (Brasil, 2011). Em síntese, informação é um conjunto de dados tratados ou não que fornecem conhecimento sobre determinado assunto. Para que essa informação seja útil para seus usuários é necessário que ela seja de boa qualidade. Karn, Wang e Strong (2002) definem qualidade como a adequação à utilização de um produto, ou seja, o quanto ele satisfaz plenamente os objetivos dos consumidores. Portanto, a pessoa adequada para julgar a qualidade de uma informação é o seu consumidor. No caso das informações disponibilizadas pelos portais de transparência governamentais, o cidadão é o principal interessado na informação, sendo assim, é o personagem ideal para tal avaliação.

Considerando que a informação é o meio para alcançar a transparência, a disponibilização de informações por meio dos portais de transparência deve considerar que serão acessadas por pessoas com motivações e níveis de conhecimento diversos (Bittencourt; Reck, 2018). Quando as informações são disponibilizadas em linguagem muito técnica, exige que o leitor tenha conhecimentos muito específicos para conseguir compreender a informação. Tomando como exemplo informações sobre a execução orçamentária da administração pública, tais informações são disponibilizadas em linguagem contábil. Isso exige que o leitor tenha conhecimentos de contabilidade pública para conseguir entender o

que está sendo divulgado. Ou seja, contraria a LAI, que estabelece que as informações devem ser disponibilizadas de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

De acordo com a norma brasileira de contabilidade, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, os cidadãos são um dos grupos principais de usuários das informações contábeis divulgadas pelas entidades do setor público. A divulgação dessas informações desempenha um papel fundamental na prestação de contas, uma vez que fornece aos cidadãos oportunidade de verificar como os recursos públicos foram geridos (CFC, 2016). A NBC TSP estabelece que as informações devem ter as seguintes características qualitativas específicas: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade e verificabilidade (CFC, 2016). Entretanto, essas informações são apresentadas em linguagem contábil, sendo difícil garantir que cidadãos sem o conhecimento técnico possam utilizá-las.

Não é esperado que os portais de transparência resolvam problemas motivacionais e educacionais básicos da população, porém obrigar as pessoas a fazerem cursos de contabilidade pública e de direito financeiro para ter a capacidade para entendê-los prejudica a cidadania (Bittencourt; Reck, 2018). A qualidade da transparência se relaciona não só a visibilidade da informação, mas também o quanto é capaz de proporcionar inferências precisas sobre as informações disponibilizadas (Michener; Bersch, 2011). Sendo assim, as informações divulgadas nesses portais devem ter uma linguagem simples, clara e sucinta, para que possam ser compreensíveis aos cidadãos (Camacho *et al.*, 2022).

Para que uma linguagem seja considerada simples, clara e sucinta é necessário que o seu usuário seja capaz de entender desde a primeira leitura ou escuta. A compreensão está relacionada à percepção do significado correto dos textos pelos seus leitores, fator que é influenciado pelo grau de conhecimento que o leitor tem sobre o assunto (Camacho *et al.*, 2022). Dessa forma, a informação que é considerada compreensível para alguns pode não ser para outros. Conforme já apontado, a LAI estabelece que a informação deve ser em linguagem de fácil compreensão para o cidadão, assim como outros normativos os quais apontam que o cidadão é o principal usuário das informações sobre a gestão pública. Isto é, para todo e qualquer cidadão e não apenas para aqueles capazes de compreender o que está sendo divulgado.

Nesse sentido, o estudo de Camacho *et al.* (2022) sugere a necessidade de adaptar as informações financeiras do setor público a fim de atender às necessidades dos cidadãos comuns, devido à diferença entre o conteúdo atual e as expectativas e necessidades informacionais desse público. Para tanto, faz-se necessário inicialmente mensurar a qualidade

das informações disponibilizadas pelos portais de transparência aos cidadãos, de modo a entender se de fato estão atendendo às suas expectativas.

Vários estudos têm se dedicado à análise das dimensões cruciais que determinam a qualidade de uma informação, com o propósito de desenvolver métodos de avaliação para mensurá-la de maneira eficaz. Wang e Strong (1996) desenvolveram um conjunto de atributos da qualidade dos dados considerados importantes para os seus consumidores. Tais atributos da qualidade da informação foram elencados, por meio de uma abordagem empírica, junto aos consumidores dos dados. Isso permitiu verificar quais são as características importantes para uma informação de qualidade, com base na perspectiva dos usuários da informação.

Para a organização das dimensões da qualidade de dados, esses autores seguiram métodos desenvolvidos na área de marketing para determinar a qualidade dos produtos, considerando que os dados podem ser tratados como produtos, já que os usuários dos dados podem optar por usá-los ou não (Wang; Strong, 1996). Wang e Strong (1996) definem dimensão de qualidade de dados como um conjunto de atributos capazes de representar, juntos, um único aspecto de qualidade dos dados, de forma que ao possuir esse conjunto de atributos a informação é considerada de boa qualidade.

O primeiro passo do estudo de Wang e Strong (1996) foi verificar quais características vinham à mente dos consumidores quando pensavam em uma informação de qualidade. Em seguida, foi avaliado por outro grupo de consumidores a importância dessas características elencadas. O primeiro grupo de sujeitos eram consumidores de dados de uma indústria e, o segundo, estudantes de MBA de uma universidade dos EUA. Em seguida, essas características foram agrupadas por dimensões. Para isso, houve um estudo de acompanhamento também em duas fases. Na primeira os consumidores foram orientados a classificar essas dimensões em categorias e em seguida um segundo grupo foi orientado a classificar novamente essas categorias de modo a confirmar os resultados obtidos. Os agrupamentos foram validados pelo alfa de cronbach, sendo calculado para cada dimensão a confiabilidade do construto.

Como resultado, foram agrupados em quatro dimensões de qualidade: qualidade intrínseca, qualidade contextual, qualidade representacional e qualidade de acessibilidade. A qualidade intrínseca dos dados diz respeito à exatidão, à objetividade, à credibilidade e à reputação. A qualidade contextual dos dados engloba o valor acrescentado, a relevância, a oportunidade e a quantidade apropriada. Quanto à qualidade de representação, esta diz respeito ao formato dos dados, que devem ser concisos e consistentes a fim de facilitar a interpretabilidade e a compreensão. A qualidade de acessibilidade dos dados está relacionada

a proporcionar o acesso aos dados. O resultado deste estudo sugere que os dados devem ser acessíveis, precisos, relevantes para o consumidor e possibilitar a interpretação por parte deste (Wang; Strong, 1996).

A fim de ampliar os estudos de Wang e Strong (1996) para além da informação como produto, incorporando também as características de serviço da prestação da informação, Kahn, Strong e Wang (2002) desenvolveram um estudo de caso com produtores, protetores e consumidores da informação. Os autores desenvolveram o modelo de desempenho de produtos e serviços para a qualidade da informação (PSP/IQ). Tal modelo é dividido em quatro quadrantes, apresentando as linhas produtos e serviços ligadas às colunas que tratam sobre conformidade e experiência do consumidor com as informações, conforme o Quadro 5 a seguir. De acordo com Kahn, Strong e Wang (2002), a informação, quando tratada como produto, tem o foco nas atividades necessárias para inserir e manter os dados em bases de dados. Já a informação, quando é vista como um serviço, é uma ação realizada de uma parte ou máquina para outra, sendo algo que é experienciado, utilizado ou consumido.

Quadro 5 - Mapeamento das Dimensões do QI no Modelo PSP/IQ

	Conformidade com as especificações	Atende ou excede a experiência do consumidor
Qualidade do Produto	<u>Informação Sólida</u> • Livre de Erros • Representação Concisa • Integralidade • Representação Consistente	<u>Informações Úteis</u> • Quantidade Adequada • Relevância • Compreensibilidade • Interpretabilidade • Objetividade
Qualidade do Serviço	<u>Informações Confiáveis</u> • Pontualidade • Segurança	<u>Informação Utilizável</u> • Credibilidade • Acessibilidade • Facilidade de Manipulação • Reputação • Valor Adicionado

Fonte: traduzido de Kahn, Strong e Wang (2002)

Na primeira fase do estudo realizado por Kahn, Strong e Wang (2002), foi aplicado um questionário a 45 profissionais a fim de determinar quais as dimensões de QI se enquadravam em cada quadrante. Com base nisso, as características foram então agrupadas de acordo com cada quadrante. Na segunda fase da análise, foi desenvolvida uma variável composta que representava as atribuições dos participantes aos quadrantes. Quando a maioria dos respondentes selecionava uma atribuição específica, ela era incluída a fim de alcançar um consenso na alocação das dimensões aos quadrantes.

Em seguida, Kahn, Strong e Wang (2002) demonstraram a eficácia do modelo PSP/IQ utilizando dados coletados em três grandes organizações de saúde. Cerca de 75 pessoas de cada organização responderam a um questionário que avaliava a qualidade das informações sobre os pacientes de acordo com as dimensões do QI, utilizando uma escala de Likert de dez pontos. Este estudo sugere que os quatro quadrantes do modelo PSP/IQ proporcionam uma maneira válida de avaliar a qualidade das informações fornecidas pelas organizações.

Os quadrantes são classificados com base na qualidade do produto e na qualidade do serviço, sendo subdivididos em aspectos que envolvem a conformidade com as especificações das informações, bem como elementos relacionados à experiência do consumidor em relação a essas informações. Os aspectos relacionados à conformidade das informações abrangem os atributos associados à solidez da informação, bem como os atributos relacionados à confiabilidade da mesma. Os quadrantes relacionados à experiência do usuário com a informação incluem atributos que se referem à utilidade da informação. O Quadro 6 a seguir apresenta a definição de cada dimensão.

Quadro 6 - Dimensões da Qualidade da Informação

Dimensões	Definições
Atualidade	O quanto a informação é suficientemente atualizada para a tarefa.
Quantidade apropriada	O quanto o volume de informação é adequado à tarefa.
Relevância	O quanto a informação é aplicável e útil à tarefa.
Compreensibilidade	O quanto a informação é facilmente compreendida.
Interpretabilidade	O quanto a informação está em linguagem, símbolo e unidade adequados, e possui definições claras.
Objetividade	O quanto a informação é imparcial e direta para o que se pretende.
Credibilidade	O quanto a informação é considerada verdadeira.
Acessibilidade	O quanto a informação é disponível de maneira simples e rápida.
Representação consistente	O quanto a informação é apresentada no mesmo formato.
Representação concisa	O quanto a informação é sucinta e contém o essencial.
Facilidade de manipulação	O quanto a informação é fácil de manipular e de ser usada em diferentes tarefas.
Livre de erro	O quanto a informação é correta.
Segurança	O quanto o acesso à informação é apresentado de forma adequada para manter a sua segurança.
Reputação	O quanto a informação é valorizada de acordo com sua fonte ou conteúdo.

Valor adicionado	O quanto o uso da informação gera benefícios e vantagens.
Compleitude	O quanto não há falta de informações e que sejam de profundidade e amplitude suficientes para a tarefa.

Fonte: traduzido de Kahn, Strong e Wang (2002)

Tomando como base o modelo de Kahn, Strong e Wang (2002), Lee *et al.* (2002) desenvolveram a metodologia AIMQ (*Methodology for Information Quality Assessment*) a qual é formada por três componentes: o primeiro é o modelo PSP/IQ com os seus quatro quadrantes baseados no tratamento da informação como produto ou serviço. O segundo componente é um questionário chamado IQ Assessment (IQA) no qual são consolidadas as visões acadêmicas de qualidade de informação. O terceiro componente baseia-se nas técnicas de análise de lacuna de QI: a primeira compara a avaliação IQ organizacional com as melhores práticas organizacionais, para cada quadrante do PSP/IQ; e a variação entre a avaliação dos profissionais de sistemas de informação e dos consumidores, essa avaliação é a base para concentrar esforços de melhoria da QI.

Os construtos para elaboração do modelo de pesquisa AIMQ tiveram como base os resultados da análise empírica que identificou as dimensões de qualidade da informação do modelo PSP/IQ. O modelo PSP/IQ coletou as dimensões que influenciam na qualidade da informação através de uma pesquisa direta aos consumidores de informação, utilizando métodos típicos de estudos de mercado. Essas dimensões foram organizadas em quatro categorias: QI intrínseco, QI contextual, QI representacional e QI de acessibilidade.

O desenvolvimento do questionário IQA partiu da criação de 12 a 20 itens para cada dimensão de qualidade da informação, baseados nos atributos do modelo PSP/IQ. Após revisões e um estudo piloto com 120 itens avaliados em uma escala de 0 a 10, chegou-se a um conjunto de 4 a 5 itens por dimensão, totalizando 65 itens para avaliar o QI. Os resultados obtidos foram usados para calcular alfas de Cronbach e realizar análises fatoriais, a fim de eliminar itens que não contribuíam ou não mediam adequadamente o construto.

O questionário também incluiu informações demográficas e questões sobre o papel dos entrevistados na produção de informação. Foram entrevistados 52 participantes de diferentes setores. Dessa forma, o instrumento IQA forneceu medições essenciais para complementar e sustentar o modelo PSP/IQ proporcionando a avaliação da qualidade da informação.

Segundo Lee *et al.* (2002), sem a capacidade de avaliar a qualidade da sua informação, as organizações não conseguem buscar melhorias. Sendo assim, é crucial a avaliação da

qualidade das informações uma vez que conhecendo os pontos críticos da informação é possível elaborar estratégias para buscar melhorias. O objetivo primordial da Metodologia AIMQ foi desenvolver um modelo que funcione como um instrumento de avaliação eficaz para medir a qualidade da informação. Esse instrumento é aplicável para avaliar a qualidade da informação em organizações, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões voltadas para a melhoria das informações disponibilizadas aos seus usuários.

Valente e Fujino (2016) conduziram uma análise dos estudos sobre a qualidade da informação no âmbito da ciência da informação, com o objetivo de apresentar uma análise comparativa entre os atributos e dimensões de qualidade da informação nessa área e os utilizados no campo das ciências contábeis. O estudo apontou para a ausência de um consenso claro em relação aos atributos e dimensões que definem a qualidade da informação.

É relevante notar que, embora no campo das ciências contábeis exista a NBC TSP, que estabelece as características qualitativas da informação contábil, não há, de modo geral, um consenso sobre os atributos que conferem qualidade à informação. No entanto, Valente e Fujino (2016) realizaram um levantamento abrangente dos atributos utilizados em ambas as áreas, enumerando-os de acordo com o número de citações que receberam.

Comparando os achados desse estudo com as dimensões da qualidade da informação do modelo PSP/IQ é possível perceber uma notável similaridade, uma vez que os atributos mais citados se encontram no modelo PSP/IQ. Sendo assim, os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002) e Valente e Fujino (2016), quando associados nos orientam sobre as dimensões mais cruciais na avaliação da qualidade da informação. Para aprofundar nossa compreensão sobre as características frequentemente associadas à qualidade da informação, apresentamos uma categorização dos achados de Valente e Fujino (2016), agrupando os termos sinônimos ou semelhantes e somando as suas citações. Essa abordagem proporciona uma visão mais clara das dimensões mais significativas em termos de qualidade da informação, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 - Atributos de Qualidade da Informação

Atributos	nº de Citações
Confiabilidade/Credibilidade - Segurança - Reputação/Fidedignidade	47
Relevância/Importância	38
Apresentação/Aparência/Formato/Forma/Representação consistente	38
Exatidão/Precisão/Corretude/Livre de erros	34

Atualidade/Novidade/Ineditismo	33
Compreensibilidade/Facilidade de entendimento/Representação concisa/Concisão/Clareza	33
Oportunidade/Tempestividade/Significado no tempo - Tempo de resposta	27
Valor agregado/Pertinência/Utilidade - Valor percebido	27
Completude	22
Acessibilidade/Facilidade de manipulação	20
Quantidade apropriada/Suficiência	18
Clareza/Legibilidade	17
Acurácia/Veracidade	15
Abrangência/Escopo	11
Objetividade	11
Validade/Integridade	11
Interpretabilidade	10
Confidencialismo/ Privacidade	5
Originalidade/Singularidade	4
Audiência/Focada no usuário	4
Imparcialidade/Neutra sem viés	4
Adequação	4

Fonte: adaptado de Valente e Fujino (2016).

Ao analisar os atributos elencados nos estudos apontados por Valente e Fujino (2016), é possível verificar que algumas apresentam características semelhantes, ou são sinônimos e há uma maior concentração de citações em alguns atributos tais como: confiabilidade, relevância, apresentação, exatidão, atualidade, tempestividade, utilidade, completude e acessibilidade. Valente e Fujino (2016) ressaltam que apesar de o atributo compreensibilidade aparecer apenas em seis citações alguns outros atributos possuem sentido bem semelhante a ele tais como: clareza, representação concisa e facilidade de entendimento, de tal forma que se considerá-los como sinônimos a compreensibilidade está entre os seis atributos mais citados nas pesquisas. Esses atributos mais citados apontam um direcionamento das principais características esperadas para que uma informação seja considerada de boa qualidade.

Abib (2010) chama atenção para os fatores pessoais que contribuem na qualificação da informação. Uma vez que cada pessoa traz consigo a capacidade de entender e interpretar

informações ao seu modo de acordo com as experiências vividas e com o ambiente no qual está inserida. O autor defende que é preciso levar em conta o contexto no qual a informação é produzida e os seus usuários. Defende também que para avaliar a qualidade da informação se faz necessário utilizar múltiplas dimensões e para isso é preciso considerar a identidade do indivíduo usuário da informação.

Para verificar a qualidade das informações é necessário entender também o perfil dos seus usuários e consultá-los a fim de que eles possam avaliar as informações. Vários estudos se concentraram em avaliar a transparência pública verificando apenas as informações disponíveis nos portais de transparência e veículos governamentais tais como: Gama; Rodrigues (2018), Schnell; Jo (2019), Vianna *et al.* (2019), Mabillard; Keuffer (2022), porém sem considerar a opinião dos seus usuários.

Sendo assim, o presente estudo segue o direcionamento apontado pelos estudos aqui apresentados a fim de analisar a qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público, sob a perspectiva do cidadão. Para isso, na próxima seção será apresentado o modelo de pesquisa proposto.

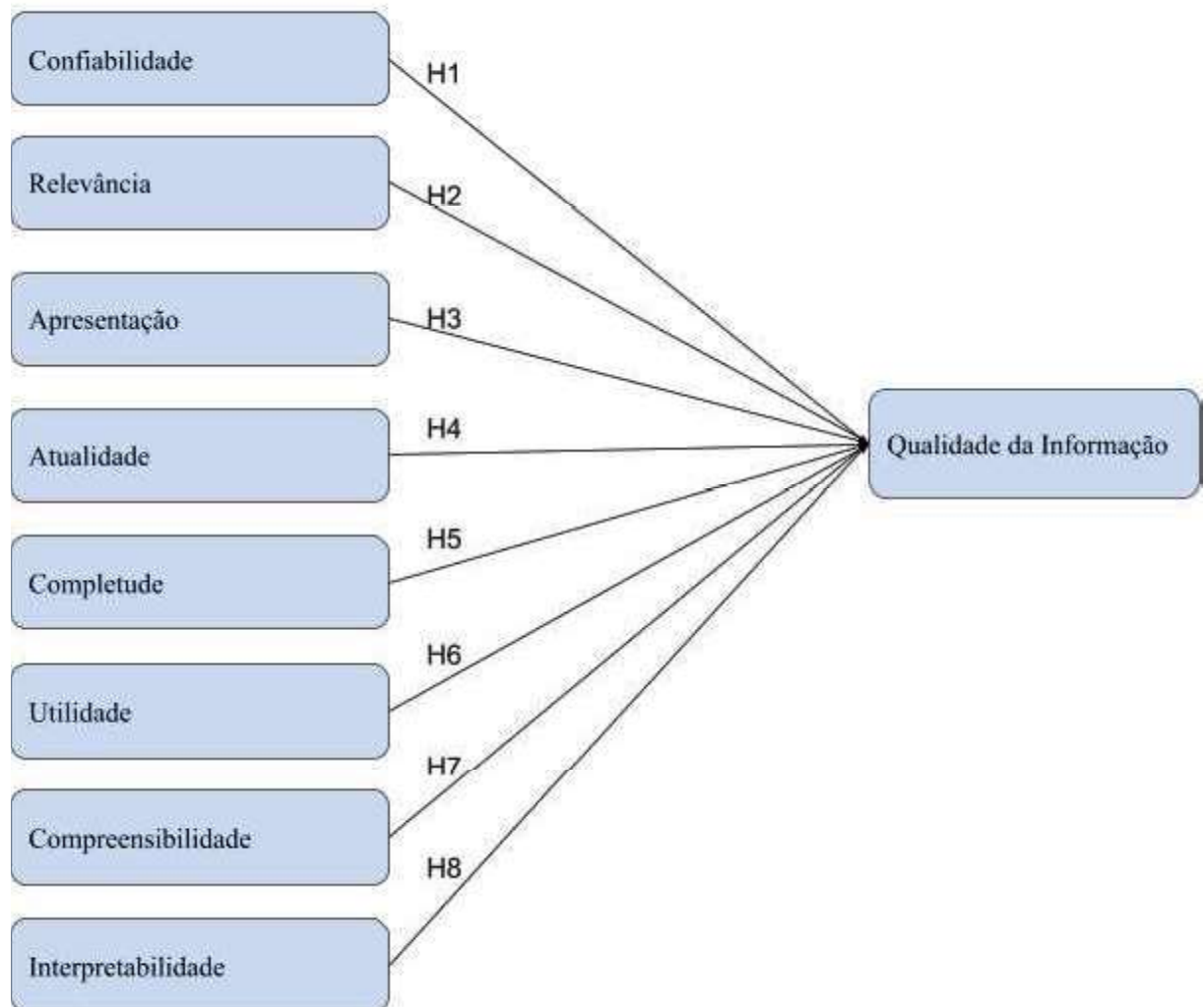
2.4 MODELO DE PESQUISA

As pesquisas sobre qualidade da informação têm abordado especialmente o contexto da iniciativa privada. No entanto, é crucial ampliar o escopo dessas pesquisas, de forma a abordar a qualidade das informações relacionadas à gestão pública. Uma vez que, é essencial fornecer à sociedade informações que permitam o acompanhamento da gestão pública e para que isso ocorra faz-se necessário que elas sejam de qualidade. Sendo assim, é preciso ir além da mera definição ou adaptação de modelos, aplicando-os no cenário real, a fim de mensurar o nível de qualidade e identificar os fatores no processo informacional e organizacional que exercem influência, tanto positiva quanto negativamente no nível de qualidade das informações (Calazans, 2008).

Sob essa perspectiva, o presente estudo visa identificar elementos para construção de um modelo baseado no modelo de desempenho de produtos e serviços para a qualidade da informação (PSP/IQ) proposto por Kahn, Strong e Wang (2002) e a metodologia AIMQ proposta por Lee *et al.* (2002) para o setor público a fim de analisar a qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão. A análise será direcionada à avaliação da qualidade das informações divulgadas nos portais de transparência do setor público federal, com foco em oito atributos

essenciais para a percepção do cidadão, conforme Figura 2 a seguir. Esses atributos foram definidos com base nas principais características que são esperadas para que uma informação seja considerada de boa qualidade, conforme elementos mais citados na literatura nacional (Valente e Fujino, 2016).

Figura 2 - Modelo de Pesquisa



Fonte: elaboração própria.

A confiabilidade é citada por muitos autores como característica indispensável para informações de qualidade (Lee *et al.*, 2002; Pham *et al.*, 2023; Valente; Fujino, 2016, Kahn, Strong; Wang, 2002; Wang; Strong, 1996). Para Lee *et al.* (2002) a confiabilidade está relacionada aos fatores intrínsecos da informação, ou seja, deve ser essencialmente inerente à informação, pois faz parte de sua natureza ou característica fundamental.

De acordo com Paim, Nehmy e Guimarães (1996), a confiabilidade está relacionada à ação de acreditar na informação e na fonte, confiar na reputação da fonte e na informação.

Nesse sentido, é necessário que a informação seja confiável para o seu usuário para que seja considerada de qualidade. No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da confiabilidade na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 1.

Hipótese 1: A confiabilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

Conforme Pham *et al.* (2023) para construir confiança dos cidadãos sobre os serviços disponibilizados no e-gov, como é o caso do portal da transparência, o governo deve disponibilizar serviços de alta qualidade. Uma vez que o nível de confiança dos cidadãos pode influenciar o grau de satisfação pelos serviços.

O atributo relevância está relacionado com o grau em que a informação se mostra importante e pertinente para a tarefa do usuário, conforme destacado por Kahn, Strong e Wang (2002). De acordo com Abib (2010), uma informação pode ser considerada relevante quando o indivíduo a percebe como sendo de utilidade efetiva e é capaz de aplicá-la de maneira prática para a tarefa em questão.

Lee *et al.* (2002) apresenta relevância como um fator contextual, associada ao quadrante da utilidade. Sendo assim, a relevância de uma informação é uma característica que está profundamente ligada a forma como a informação é apresentada ou utilizada. No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da relevância na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 2.

Hipótese 2: A relevância influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

A relevância garante um valor informativo para a informação (Valente; Fujino, 2016). É fundamental que as informações tenham relevância para assegurar que o cidadão tenha a capacidade de discernir o que é útil e aplicável em um contexto específico. Desse modo, a relevância se relaciona a percepção de utilidade efetiva e a capacidade de aplicação prática por um indivíduo.

A apresentação da informação está relacionada à dimensão representacional conferindo aos sistemas que disponibilizam e armazenam os dados a necessidade de apresentar a informação de uma maneira que possibilite aos cidadãos o entendimento objetivo do que está sendo informado (Lee *et al.*, 2002). Uma vez que a forma como a informação é apresentada pode contribuir para acessibilidade, compreensão e confiança nas informações governamentais.

É possível relacionar o atributo apresentação a representação consistente considerada por Kahn, Strong e Wang (2002) um aspecto de solidez da informação, já que relacionam essa característica com a forma na qual a informação é apresentada. Para Valente e Fujino (2016) apesar desse atributo não compor o modelo de Wang e Strong (1996) consideram que esse é um aspecto de suma importância para garantir que as informações sejam de qualidade. No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da apresentação na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 3.

Hipótese 3: A apresentação influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

O atributo da apresentação também está relacionado aos atributos formato e forma, pois diz respeito ao formato no qual a informação é disponibilizada para os seus usuários. Neste estudo a apresentação diz respeito ao quanto as informações são apresentadas em um formato consistente para os seus usuários.

O atributo atualidade se relaciona com novidade e ineditismo, significa que a informação deve ser atual. Pode ser mensurada levando em consideração o quanto a informação é suficientemente atualizada para a finalidade que o seu consumidor deseja (Kahn, Strong e Wang, 2002). No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da atualidade na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 4.

Hipótese 4: A atualidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

De acordo com Wang e Strong (1996) a atualidade compõe a dimensão contextual da informação devendo ser considerada o contexto da tarefa pretendida, afirmando ainda que se relaciona a idade dos dados. Dessa forma, para que uma informação seja considerada de qualidade, é imperativo que ela se mantenha atualizada, de modo a cumprir de forma eficaz os objetivos de seus usuários e a finalidade que se propõe.

Lee *et al.* (2002) afirmam que a completude representa a entrega integral de todos os dados cruciais necessários para satisfazer plenamente as expectativas dos usuários. De acordo com esses autores, essa completude compõe a dimensão contextual, o que significa que, para que uma informação seja considerada completa, é imprescindível levar em consideração e avaliar minuciosamente o contexto da tarefa específica que está sendo abordada.

Wang e Strong (1996) argumentam que a informação só pode ser considerada completa quando possui tanto amplitude quanto profundidade suficiente. No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da completude na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 5.

Hipótese 5: A completude influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

Portanto, de acordo com as pesquisas de Wang e Strong (1996), a completude não se resume apenas à quantidade de informações apresentadas, mas também à sua relevância e ao grau de detalhamento proporcionado, tornando-a essencial para a qualidade das informações disponibilizadas aos usuários.

Uma informação é considerada útil quando ela tem valor prático ou benefício para o seu usuário o ajudando a resolver um problema, tomar uma decisão, realizar uma tarefa de maneira mais eficiente ou atingir um objetivo específico (Kahn, Strong e Wang, 2002). Para Abib (2010) a informação útil oferece uma vantagem com o seu uso.

Lee *et al.* (2002) aloca a utilidade na dimensão contextual da informação. Uma vez que a utilidade da informação geralmente depende do contexto e das necessidades do usuário da informação. No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da utilidade na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 6.

Hipótese 6: A utilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

Kahn, Strong e Wang (2002) apresentam um quadrante da utilidade da informação, o qual está relacionado à experiência do consumidor. Esse quadrante inclui os atributos quantidade apropriada, relevância, compreensibilidade, interpretabilidade e objetividade, segundo os autores todos essenciais para proporcionar aos usuários informações úteis e de qualidade.

A compreensibilidade diz respeito ao quanto a informação pode ser facilmente entendida pelo usuário Lee *et al.* (2002). Para que a informação seja compreensível o seu significado deve ser claro e inteligível. A compreensibilidade é uma característica fundamental, uma vez que se a informação não é compreensível para o seu usuário, torna-se difícil a mensuração de qualquer outro atributo de qualidade.

Conforme Camacho (2018) a compreensibilidade depende da interação entre o texto e o leitor e da habilidade do leitor em adquirir conhecimento a partir do texto. Camacho (2018) entende que a compreensibilidade não é influenciada apenas pela complexidade sintática, mas também por fatores individuais do leitor, como interesse pelo tema, conhecimento prévio, e habilidades gerais de leitura. Dessa forma, a compreensibilidade se relaciona com a utilidade e a experiência do consumidor (Kahn, Strong e Wang, 2002). No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da compreensibilidade na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 7.

Hipótese 7: A compreensibilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

Logo, a compreensibilidade é resultado de um processo multifacetado que envolve a interação entre o texto, o leitor e o contexto. O fato dela depender de diversos fatores, incluindo o conhecimento prévio, o interesse, as habilidades de leitura e as estratégias de compreensão a torna um atributo complexo. Porém uma informação quando disponibilizada em uma linguagem simples, clara e objetiva pode apresentar maior possibilidade de compreensão aos seus usuários.

A interpretabilidade é a característica atribuída à informação que quando recebida permite a associação de algum significado pelo seu usuário, permite que ele retire conclusões

sobre a informação (Gackowski, 2005). Usuários diferentes podem ter interpretações diferentes de uma mesma informação, uma vez que a interpretabilidade está associada às experiências anteriores do usuário.

No contexto da avaliação da qualidade das informações disponibilizadas nos portais de transparência governamentais, este estudo explora a influência da interpretabilidade na qualidade dessas informações. Essa influência é testada por meio da formulação da hipótese 8.

Hipótese 8: A interpretabilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público.

Para Wang e Strong (1996) a interpretabilidade da informação depende de como esses dados são disponibilizados, se estão em linguagem apropriada, se é coerente e se é apresentada em unidades e as definições de dados claras. Apesar desse atributo está relacionado a compreensibilidade uma vez que para uma boa interpretação a compreensão é indispensável, a interpretabilidade vai além desse atributo, quando uma informação proporciona ao leitor interpretabilidade ele consegue fazer conclusões a partir dela.

Dessa forma, o modelo proposto neste trabalho considera que para que as informações disponibilizadas nos portais de transparência do governo federal sejam de boa qualidade para os cidadãos, ela precisa possuir tais atributos. Sob essa perspectiva, as informações precisam ser confiáveis, relevantes, apresentáveis, atuais, compreensíveis, úteis, completas e interpretáveis. Aqui não há uma ordem preferencial, já que todas essas características apresentam-se como essenciais para uma informação de qualidade. Foram usadas as definições do modelo AIMQ nos atributos escolhidos, os quais são apresentados no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 - Definições dos Atributos da Qualidade da Informação Propostos para o Estudo

Atributos de qualidade da informação	Definições
Confiabilidade	O quanto a informação é credível.
Relevância	O quanto a informação é relevante e apropriada para o usuário.
Apresentação	O quanto a informações é apresentada em um formato consistente
Atualidade	O quanto a informação é suficientemente atual.
Completude	O quanto a informação inclui todos os dados necessários.

Utilidade	O quanto o uso da informação gera benefícios e vantagens.
Compreensibilidade	O quanto a informação é fácil de entender.
Interpretabilidade	O quanto a informação é facilmente interpretável.

Fonte: adaptado Lee *et al.* (2002) e Kahn, Strong e Wang (2002)

No capítulo a seguir, será abordado os procedimentos metodológicos utilizados para o tratamento dos dados e a análise do modelo de qualidade das informações dos portais de transparência do governo federal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados neste estudo. Esta seção está dividida nas seguintes subseções: descrição do tipo de pesquisa, construção e adaptação das escalas, população e amostra do estudo, instrumento de coleta de dados e análise de dados.

3.1 DESCRIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa partiu de uma análise bibliográfica e documental, através de revisões da literatura em artigos, livros, relatórios de estudos de organizações internacionais, leis, decretos e portarias governamentais, com o intuito de entender os instrumentos de transparência e acesso à informação pública para compreender o tema e verificar as lacunas nos estudos da área. Conforme Vergara (2016) a pesquisa é de caráter exploratório, considerando que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre a qualidade das informações públicas e descritiva, pois expõe características de determinado fenômeno. Para atingir os objetivos pretendidos e responder a questão de pesquisa foi utilizada uma análise quantitativa dos dados aplicando os modelos PSP/IQ (*Model as the Product and Service Performance Model for Information Quality*) proposto por Kahn, Strong e Wang (2002) e o AIMQ (*Methodology for Information Quality Assessment*) de Lee *et al.* (2002). Quanto aos meios adotados para coleta de dados, pode ser considerada uma pesquisa de campo.

3.2 CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS ESCALAS

A construção das escalas deste estudo foi formulada a partir da adaptação dos modelos encontrados através das pesquisas na literatura, quais sejam o modelo PSP/IQ (*Model as the*

Product and Service Performance Model for Information Quality) proposto por Kahn, Strong e Wang (2002) e o modelo de pesquisa AIMQ (*Methodology for Information Quality Assessment*) de Lee *et al.* (2002).

Para isso, foi necessário fazer a tradução das escalas visando garantir que os construtos dos modelos escolhidos realmente sejam boas ferramentas de mensuração e evitar vieses nas análises por questões culturais, uma vez que são escalas internacionais. Dias Júnior (2016) aponta que a tradução direta incorre no risco de não garantir a equivalência de conteúdo das escalas. Sendo assim, os modelos de pesquisa foram traduzidos por dois profissionais que dominam os dois idiomas, Ed'cleberson Alves de Moraes, graduando em Letras Inglês pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, diretor e professor do MEA - Inglês Criativo e Guilherme Neves Pinto, graduado em letras pela Universidade de Brasília, UnB, professor e tradutor e intérprete de língua inglesa. Essas traduções constam nos apêndices deste estudo.

Além da adaptação linguística, Dias Júnior (2016) destaca a importância de realizar um pré-teste da escala com algumas pessoas para verificar se todos conseguem compreendê-la. Foram conduzidos dois pré-testes. O primeiro teve início em 22/12/2023 e encerrou em 28/12/2023, com a participação de alunos do mestrado acadêmico em gestão pública e cooperação internacional da Universidade Federal da Paraíba, resultando em 15 respostas. O segundo pré-teste ocorreu no período de 09/01/2024 a 15/01/2024, com a participação de cidadãos brasileiros, e também obteve 15 respostas. Esses pré-testes proporcionaram valiosos feedbacks que contribuíram para identificar a necessidade de algumas adaptações, visando tornar o questionário mais compreensível para os respondentes.

A necessidade da adaptação dos modelos se concentra no fato deles terem sido aplicados originalmente em organizações privadas, prioritariamente, avaliando informações internas das organizações, de forma que as informações avaliadas faziam parte do convívio diário dos participantes. Para a adaptação dos modelos PSP/IQ e AIMQ e escolha dos construtos foram considerados os atributos mais frequentemente associados à qualidade da informação, tomando como base os estudos de Valente e Fujino (2016). Além disso, alguns atributos foram agrupados a construtos com significado semelhantes de acordo com a tradução dos itens dos construtos do questionário do modelo AIMQ e com as definições dos construtos na literatura, conforme o Quadro 9. Os construtos segurança, acessibilidade e exatidão não foram usados neste modelo pela dificuldade de mensuração, uma vez que para atingir os objetivos desta pesquisa o instrumento de coleta de dados foi o mesmo empregado no modelo AIMQ, um questionário, no qual foi apresentados aos respondentes informações

do portal de transparência do governo federal para que eles avaliem a qualidade dessas informações.

Dessa forma, a confiabilidade do modelo da pesquisa adaptado foi testado pelo alfa de Cronbach, realizando também as análises fatoriais dos itens de cada construto seguindo os mesmos passos do modelo de pesquisa AIMQ. Sendo assim, apenas apresentando, em um questionário, informações filtradas no portal da transparência não haveria como o respondente avaliar a segurança, a acessibilidade e a exatidão. Afinal, a segurança faz referência à medida que o acesso à informação é apropriadamente restrito, a acessibilidade depende da disponibilidade e rapidez na consulta da informação, e a exatidão é a característica atribuída à informação correta. Para avaliar tais atributos os respondentes precisam acessar e filtrar os dados diretamente no portal da transparência, fato que só seria melhor avaliado através de um experimento em laboratório.

O modelo de análise do presente estudo envolveu variáveis independentes e uma dependente. As variáveis independentes são os construtos apresentados no Quadro 9 a seguir no qual também são apresentados os itens que foram avaliados em cada construto, base para elaboração do questionário, disponível no apêndice desta pesquisa, e a variável dependente é a qualidade das informações. Nesse caso, a análise de regressão múltipla é a mais indicada para mensurar relações lineares entre duas ou mais variáveis.

Quadro 9 - Escalas para mensuração dos construtos

Construtos	Itens dos Construtos	Construtos agrupados
Confiabilidade	Essa informação tem credibilidade. Essa informação vem de boas fontes. Essa informação é confiável.	Credibilidade e reputação
Relevância	Essa informação é relevante para o meu objetivo. Essa informação é apropriada para o meu objetivo. Essa informação é aplicável ao meu objetivo.	Conforme o modelo
Apresentação	Essa informação está apresentada de forma concisa. Essa informação está apresentada num formato compacto. Essa informação está apresentada consistentemente no mesmo formato. Essa informação é objetiva.	Representação concisa e consistente Objetividade
Atualidade	Essa informação é suficientemente atual para o meu objetivo. Essa informação é suficientemente oportuna. Essa informação é suficientemente atualizada para o meu objetivo.	Oportunidade

Completude	Essa informação inclui todos os valores necessários. Essa informação é suficientemente completa para o meu objetivo. Essa informação tem amplitude e profundidade suficientes para o meu objetivo.	Completude e Quantidade Apropriada
Utilidade	Essas informações são fáceis de manipular para atender ao meu objetivo. Esta informação é fácil de agregar. Essa informação é útil para o meu objetivo. Esta informação é fácil de combinar com outras informações.	Facilidade de operação Valor adicionado
Compreensibilidade	Essa informação é fácil de entender. Essa informação é fácil de compreender. O significado dessa informação é fácil de entender. O significado dessa informação é claro e inteligível.	Conforme o modelo
Interpretabilidade	É fácil interpretar o que a essa informação significa. As unidades de medidas para essa informação são claras. Essa informação permite ao leitor chegar a uma determinada conclusão. Essa informação é coerente.	Conforme o modelo
Qualidade da Informação	A qualidade das informações disponíveis no portal da transparência é boa.	Incluído pela autora

Fonte: adaptado Lee *et al.* (2002) e Kahn, Strong e Wang (2002).

Foi mensurado através de uma escala intervalar de Likert de 11 pontos numéricos mensurando os construtos os quais tiveram de três a quatro afirmações às quais foram avaliadas pelos respondentes, a medida que discordaram ou concordaram com as afirmações, mensurando assim o nível da qualidade das informações, variável dependente, através das variáveis independentes

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

A coleta de dados nesta pesquisa foi uma fase de alta relevância, uma vez que requereu interações com indivíduos para obtenção de informações. De acordo com Hair *et al.* (2005) esse conjunto de pessoas, caracterizadas por sua especialização e semelhanças, é conhecido como população ou universo. Para a coleta de dados foi necessário definir uma amostragem, a amostra permite obter percepções sobre um pequeno subconjunto de uma população (Hair *et al.*, 2005).

Considerando a inviabilidade de um censo e de uma amostragem probabilística, o processo de amostragem escolhido foi a amostragem não probabilística por conveniência. Esse tipo de amostra possibilita que o pesquisador realize colete um grande número de dados rapidamente, a um baixo custo e a seleção de elementos ocorre de acordo com a

disponibilidade do público-alvo (Hair *et al.*, 2005). Esta pesquisa não pretende generalizar os resultados alcançados à população, mas tão somente refletir sobre o tema de acordo com os resultados que forem sugeridos a partir da amostra da pesquisa.

Como o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão, o perfil escolhido para a amostra são cidadãos brasileiros.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados tem um impacto significativo em uma pesquisa e pode influenciar na sua precisão e confiabilidade, por isso é importante que sejam selecionados corretamente (Hair *et al.*, 2005). A fim de avaliar a qualidade das informações disponibilizadas pelos portais da transparência do governo federal, a coleta de dados foi por meio de questionários. De acordo com Hair *et al.* (2005), esses instrumentos são uma maneira de coletar dados de maneira rápida e conveniente, possibilitando a coleta com um número relativamente grande de indivíduos e a medição de características ou fenômenos importantes em uma determinada amostra.

Os questionários utilizados neste estudo contém as variáveis independentes apontadas no modelo de pesquisa com opção de marcação de acordo com a escala de Likert de 11 pontos onde “0 - Discordo totalmente” até “10 - Concordo totalmente”. De acordo com Lee *et al.* (2002), a utilização da escala de 11 pontos, teve como objetivo evitar vieses de respostas tomando como base uma experiência anterior de mensuração de qualidade da informação na qual utilizando uma escala com apenas 9 pontos os respondentes preferiram utilizar a metade superior da escala. Este instrumento de coleta de dados teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CAAE: 76505523.8.0000.5188; nº do Parecer Consubstanciado: 6.597.692, data: 21/12/2023).

Considerando a dificuldade em acessar os cidadãos que fazem ou já fizeram uso do portal de transparência do governo federal e com a intenção de ampliar o número de respondentes da pesquisa, foram disponibilizadas no próprio questionário um link direcionando os respondentes ao portal da transparência o qual continha as informações já filtradas, para que o respondente avaliasse a qualidade dessas informações. Conforme o questionário que consta no apêndice. As informações foram escolhidas no portal de transparência do governo federal utilizando os seguintes filtros: execução das despesas correntes das universidades públicas federais do estado da Paraíba - PB no ano de 2023. A

seleção dessas informações é fundamentada na pesquisa de Freire e Batista (2016) que aponta como dados mais acessados pelos usuários do portal da transparência do governo federal as informações sobre os gastos públicos. Os cidadãos têm interesse em saber com o que e como é gasto os recursos públicos, dentre esses interesses se destaca o de saber o quanto é gasto com educação e saúde (Freire e Batista, 2016).

Além disso, o questionário também contém questões socioeconômicas para conhecer o perfil descritivo da amostra. Esse instrumento de coleta de dados foi incluído no aplicativo de gerenciamento de pesquisas do *Google*, *Google Forms*, e divulgado por meio das redes sociais *instagram* e *whatsapp*, *e-mail* e também em papel pelo código *QR*. Sendo divulgado e compartilhado na comunidade acadêmica das diversas universidades brasileiras, também foi divulgado nos e-mails institucionais de empresas e órgãos públicos. Os questionários foram disponibilizados de forma online para facilitar o alcance da amostra escolhida, cidadãos brasileiros. A coleta de dados foi iniciada em 16/01/2024 e finalizada em 15/02/2024.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente os dados obtidos foram tabulados e tratados em uma planilha do google. O processo de tratamento visou inspecionar os dados para garantir integridade e coerência nos resultados. Esse processo envolveu a identificação de dados em branco, verificação de respostas padronizadas, edição, transformação, codificação de dados, identificar se os respondentes entenderam as questões e seguiram a sequência desejada (Hair *et al.*, 2005). Em seguida foi utilizado o software Jamovi. Para analisar os dados, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e multivariada.

4 RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa acerca da qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão. O capítulo se inicia com a apresentação do perfil da amostra. Em seguida, trata sobre a validade e confiabilidade do modelo, apresenta medidas descritivas e correlação dos construtos. Por último, apresenta a análise e discussão do modelo.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA

A amostra foi composta por 240 cidadãos brasileiros. Entretanto, 15 respondentes foram excluídos dos resultados por terem respostas padronizadas (respostas com notas iguais em todas as questões) e oito foram excluídos por terem respostas contraditórias em relação ao acesso, às informações acessadas e a obtenção de respostas no portal da transparência. Dessa forma, restaram 217 respondentes na amostra.

Com relação à faixa etária dos respondentes, observa-se na Tabela 1 que a maioria tem entre 31 e 40 anos de idade. Foram 113 respondentes nessa faixa, representando 52,1% da amostra total. A amostra teve respondentes com idade a partir de 20 anos até 65 anos. Quanto ao sexo dos respondentes, a amostra ficou bem equilibrada, sendo 114 respondentes do sexo feminino, representando 52,5% da amostra e 103 do sexo masculino, representando 47,5% da amostra. Embora a pesquisa tenha abrangido todas as regiões do Brasil, é importante notar que a grande maioria da amostra (88,5%) se concentrou no Nordeste, representada por 192 respondentes. Esse resultado já era esperado pela forma de coleta proposta na pesquisa, e por se tratar de uma pesquisa acadêmica com limitação de tempo e de recursos financeiros necessários para o alcance de um grande número de respondentes. Quanto à cor dos respondentes, 97 se declararam pardos, representando 44,7% da amostra e 94 se declararam brancos, 43,3% da amostra. Em relação a renda, 35,5% dos respondentes declararam ter renda entre R\$5.001 - R\$10.000, enquanto que apenas 2,7% declararam renda menor que R\$1.000.

Tabela 1 - Descrição da Amostra

Perfil	n	%
Faixa Etária		
Entre 20 e 30 anos	36	16,6 %
Entre 31 e 40 anos	113	52,1 %
Entre 41 e 50 anos	49	22,5 %
Acima de 51	19	8,7 %
Sexo		
Feminino	114	52,5 %
Masculino	103	47,5 %
Região		
Nordeste	192	88,5 %
Outras	25	11,5 %
Cor		
Branca	94	43,3 %
Preta	14	6,5 %
Parda	97	44,7 %

Outras ou não responderam	12	5,5 %
Renda		
Até R\$ 2.500	32	14,8 %
De R\$ 2.501 a R\$ 5.000	64	29,5 %
De R\$ 5.001 a R\$ 10.000	77	35,5 %
Mais de R\$ 10.000	31	14,3 %
Prefiro não responder	13	6,0 %
Instrução		
Ensino Médio Completo	10	4,6 %
Graduação Incompleta	20	9,2 %
Graduação Completa	42	19,4 %
Pós-Graduação Incompleta	20	9,2 %
Pós-Graduação Completa	125	57,6 %
Formação		
Não tenho	30	13,8 %
Ciências Exatas e da Terra	24	11,1 %
Ciências Sociais Aplicadas	86	39,6 %
Ciências Humanas	41	18,9 %
Outras	36	16,6 %
Principal meio de acesso à internet		
Computador desktop ou notebook	87	40,1 %
Smartphone	125	57,6 %
Outros dispositivos	5	2,3 %
Já acessou o portal da transparência do governo federal?		
Não	34	15,7 %
Sim	183	84,3 %
O tipo de informação buscada		
Nunca acessei	34	15,7 %
Receitas e Despesas Públicas	37	17,1 %
Salários de Servidores	93	42,9 %
Licitações e Contratos	20	9,2 %
Outras	33	15,1 %
Quando acessou obteve a informação desejada?		
Nunca acessei	34	15,7%
Não	11	5,1 %
Sim	172	79,3 %

Fonte: dados da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados também questionava sobre o nível de instrução do respondente. Observa-se que 57,6% da amostra, 125 respondentes, possui pós-graduação completa. É importante destacar que não houve respondentes analfabetos ou com apenas o ensino fundamental completo na amostra coletada no presente trabalho. O menor grau de instrução entre os respondentes é ensino médio completo, com apenas dez respondentes

representando apenas 4,6% da amostra. Quanto à área de formação, a que apresentou maior número de respondentes foi ciências sociais aplicadas, englobando 39,6% da amostra, 86 respondentes.

Quando perguntado qual é o principal meio de comunicação utilizado para acessar a internet, 125 pessoas afirmaram usar *smartphone* (57,8%), enquanto que 87 pessoas usam computador desktop ou notebook (40,1%). É importante destacar que o portal da transparência do governo federal ainda não tem versão móvel disponível para os cidadãos, o que pode ser um fator dificultador de acesso para aqueles que utilizam majoritariamente o celular como principal meio de acesso a internet.

Quando perguntado que tipo de informação as pessoas já haviam acessado no portal da transparência, entre os dez tipos de informação que o questionário apresentou, 93 pessoas responderam ter acessado salários de servidores (42,9%). Esse tipo de informação apresenta um nível de facilidade de acesso muito grande, sendo apenas necessário digitar o nome do servidor na aba de busca no portal. Sendo assim, este fator pode facilitar a pesquisa desse tipo de informação. Foi questionado também se ao buscarem informação no portal da transparência, obtiveram a informação desejada. A maioria deles, 172 respondentes, obtiveram a informação desejada (79,3%). É importante destacar que 34 respondentes afirmam nunca terem acessado o portal da transparência do governo federal, ou seja, acessaram a primeira vez ao responder esta pesquisa.

4.2 VALIDADE E CONFIABILIDADE DO MODELO

Esta seção apresenta as análises de validade e confiabilidade dos construtos do modelo proposto nesta pesquisa. A validade de cada dimensão do modelo foi verificada por meio de validade convergente (variância extraída) e de validade discriminante, sendo a confiabilidade aferida por meio do *Alpha* de Cronbach (Tabela 2). De acordo com Hair *et al.* (2005), a escala apresenta validade convergente quando obtém resultados superiores a 50% em cada construto na análise fatorial. Todos os construtos apresentaram valores superiores a 70%. O construto que apresentou menor variância extraída foi apresentação (AVE = 70,5%) e o que apresentou o maior valor foi compreensibilidade (AVE 94,3%).

Em relação à confiabilidade aferida pelo *Alpha* de Cronbach, segundo Hair *et al.* (2005), valores entre 0,8 e 0,9 apresentam confiabilidade muito boa, superiores a 0,9 confiabilidade excelente e acima de 0,95 devem ser inspecionados para garantir que mensuram aspectos diferentes do conceito. De acordo com os resultados, o menor valor

obtido foi 0,860 no construto apresentação. No caso dos construtos de confiabilidade e compreensibilidade, que apresentaram valores superiores a 0,95, os itens foram revistos e se verificou que tratam de aspectos diferentes do conceito. De forma complementar, foi verificado se a exclusão de algum dos itens da escala melhoraria o nível de confiabilidade, mas a exclusão de nenhum deles sinalizou melhoria no coeficiente.

Tabela 2 - Resumo da Consistência Psicométrica da Escala

Dimensão	Qtde Itens	Var. extr. (%)	Menor escore	<i>Alpha</i> de Cronbach
Confiabilidade	3	92,9	0,960	0,962
Relevância	3	86,5	0,937	0,922
Apresentação	4	70,5	0,778	0,860
Atualidade	3	85,0	0,908	0,911
Compleitude	3	89,9	0,934	0,943
Utilidade	4	71,5	0,786	0,865
Compreensibilidade	4	94,3	0,952	0,980
Interpretabilidade	4	81,2	0,892	0,922

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta a validade discriminante do modelo. O objetivo dessa verificação é observar se as dimensões diferem umas das outras de maneira consistente. Tomando como base a metodologia de Costa (2011), a Tabela 3 é composta pela variância compartilhada das dimensões (matriz quadrada do valor da correlação de Pearson) e a diagonal principal apresenta a variância extraída dos construtos. Pode-se perceber que todos os valores da variância compartilhada apresentam valores inferiores à variância extraída da análise fatorial, indicando a validade discriminante do modelo. Logo o modelo proposto nesta pesquisa apresenta validade convergente, consistência interna e validade discriminante.

Tabela 3 - Validade Discriminante

Construto	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 - Confiabilidade	0,929								
2 - Relevância	0,497	0,865							
3 - Apresentação	0,339	0,438	0,705						
4 - Atualidade	0,477	0,503	0,590	0,850					
5 - Compleitude	0,263	0,401	0,378	0,607	0,899				
6 - Utilidade	0,209	0,384	0,445	0,523	0,572	0,715			
7 - Compreensibilidade	0,200	0,388	0,393	0,448	0,433	0,618	0,943		

8 - Interpretabilidade	0,339	0,490	0,424	0,511	0,472	0,604	0,794	0,812	
9 - Qualidade	0,294	0,428	0,343	0,452	0,500	0,530	0,504	0,687	—

Fonte: dados da pesquisa.

4.3 MEDIDAS DESCRITIVAS E CORRELAÇÃO DOS CONSTRUTOS

Esta seção apresenta a análise das medidas descritivas e correlações de Pearson, conforme a Tabela 4. Para a realização do cálculo do valor agregado de cada construto foi realizada a média aritmética dos itens que os compõem. Todos os itens foram avaliados com escalas do tipo Likert de 11 pontos, o valor 0 representa “Discordo Totalmente” e o valor 10 representa “Concordo totalmente”.

O construto que apresentou a maior média foi a confiabilidade com um valor de 8,39 e o construto com a menor média foi completude com um valor de 6,36. Observa-se que quatro das variáveis independentes obtiveram nota com valor acima de 7,0, sendo elas confiabilidade com o valor de 8,39, relevância com o valor de 7,95, apresentação com o valor de 7,64 e atualidade com o valor de 7,32. A variável dependente qualidade da informação obteve média com o valor de 7,11. Quatro construtos apresentaram médias inferiores a 7,0 sugerindo necessidade de melhorias nesses aspectos das informações, foram eles: completude com o valor de 6,36, utilidade com o valor de 6,59, compreensibilidade com o valor de 6,41 e interpretabilidade com o valor de 6,78.

Calculando a média de todas as variáveis independentes em relação a média da variável dependente é possível verificar que foi bastante aproximada, indicando coerência nas respostas. A qualidade da informação apresentou média 7,11, enquanto que a média geral das variáveis independentes é 7,18. Dessa forma, os resultados sugerem que as informações disponibilizadas no portal da transparência atendem às expectativas básicas, mas com espaço para melhorias.

Entretanto, é importante destacar que 125 respondentes possuem pós-graduação completa e isso pode ser um fator facilitador para o entendimento dos dados e consequentemente uma melhor percepção na qualidade das informações. É possível perceber, que os construtos que tiveram maior correlação com a qualidade da informação foram os que obtiveram piores médias na pesquisa. Isso sugere que, se forem alvo de intervenções adequadas, esses construtos têm o potencial de elevar substancialmente a percepção dos cidadãos em relação à qualidade da informação.

Tabela 4 - Medidas descritivas e correlações de Pearson

Construto	Média	DP	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 - Confiabilidade	8,39	1,85	—								
2 - Relevância	7,95	1,90	0,705	—							
3 - Apresentação	7,64	1,89	0,582	0,662	—						
4 - Atualidade	7,32	2,08	0,691	0,709	0,768	—					
5 - Completude	6,36	2,46	0,513	0,633	0,615	0,779	—				
6 - Utilidade	6,59	2,10	0,457	0,620	0,667	0,723	0,756	—			
7 - Compreensibilidade	6,41	2,50	0,447	0,623	0,627	0,669	0,658	0,786	—		
8 - Interpretabilidade	6,78	2,19	0,582	0,700	0,651	0,715	0,687	0,777	0,891	—	
9 - Qualidade	7,11	2,48	0,542	0,654	0,586	0,672	0,707	0,728	0,710	0,829	—

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao desvio padrão, situou-se entre 1,85 e 2,50 em todos os itens. O construto que apresentou maior desvio padrão foi compreensibilidade com o valor de 2,50, enquanto que o que apresentou o menor desvio padrão foi confiabilidade com o valor de 1,85. Desvios padrões entre 1 e 3 são considerados médios (Hair *et. al.*, 2005). A diferença entre o maior e menor desvio padrão é de 0,65, uma diferença baixa considerando uma escala de 11 pontos. Dessa forma, nota-se que os resultados foram consistentes. Ou seja, observa-se que os valores atribuídos pelos respondentes apresentaram baixa dispersão na amostra analisada, o que indica boa convergência das respostas em torno da média.

De acordo com os valores de referência indicados por Hair et al. (2005), em relação ao coeficiente de correlação de Pearson, os resultados da amostra sugerem uma associação positiva em todas variáveis. A menor correlação foi entre as variáveis confiabilidade e a compreensibilidade (r de Pearson = 0,447) indicando uma correlação moderada entre esses construtos. As maiores correlações foram entre a compreensibilidade e interpretabilidade e entre a interpretabilidade e a qualidade da informação (r de Pearson = 0,891 e 0,829) respectivamente. As correlações entre as variáveis independentes e a variável dependente qualidade da informação sugerem uma correlação moderada dos construtos confiabilidade, relevância, apresentação e atualidade enquanto que sugere alta correlação dos construtos completude, utilidade, compreensibilidade e interpretabilidade.

4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO MODELO

Esta seção apresenta os resultados do modelo de regressão linear múltipla estimado por meio dos mínimos quadrados ordinários conforme a Tabela 5, no intuito de analisar e

discutir o modelo proposto nesta pesquisa. O valor de significância da estatística F ($F = 73,8$; $gl1=8$; $gl2 = 208$; $p\text{-valor} = <0,001$) e coeficiente de determinação ($R^2 = 0,739$) sugerem que há alguma explicação da variação da variável dependente oriunda do modelo. As variáveis que o compõem explicam 73,9% da variação total da variável dependente, qualidade da informação. Os valores de assimetria e curtose dos resíduos, que são os estimadores do erro do modelo, sugerem que o pressuposto de normalidade não foi atendido, conforme já esperado pelo tamanho da amostra, uma vez que, o teste de normalidade é sensível para amostras grandes. Juntas, essas medidas sugerem um bom ajustamento e que é possível prosseguir com a verificação da significância dos estimadores das variáveis independentes calculados.

Tabela 5 - Modelo de Regressão Linear Estimado

Preditor	β	Erro-padrão	Intervalo De Confiança		t	p-valor	VIF
			95% LI LS				
Intercepto	-0,1395	0,4549	-1,0362	0,7572	-0,307	0,759	
Confiabilidade	0,0161	0,0768	-0,1353	0,1675	0,210	0,834	2,63
Relevância	0,0890	0,0794	-0,0675	0,2455	1,121	0,264	2,95
Apresentação	-0,0288	0,0774	-0,1814	0,1239	-0,372	0,711	2,78
Atualidade	-0,0276	0,0930	-0,2109	0,1557	-0,297	0,767	4,85
Compleitude	0,2162	0,0645	0,0890	0,3434	3,351	<0,001	3,27
Utilidade	0,1847	0,0824	0,0222	0,3471	2,241	0,026	3,88
Compreensibilidade	-0,2443	0,0847	-0,4113	-0,0773	-2,883	0,004	6,58
Interpretabilidade	0,8556	0,1029	0,6527	1,0585	8,313	<0,001	5,80

Medidas de ajuste

Estatística F ($gl1 = 8$ e $gl2 = 208$)	73,8	Assimetria e Curtose*	-1,23/9,65	R^2	0,739
Estatística F (p-valor)	<0,001	Normalidade (p-valor)**	<0,001	R^2 ajustado	0,729

*Assimetria e curtose dos resíduos

**Teste de normalidade de Shapiro-Wilk aplicado aos resíduos

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação à **Hipótese 1**, a confiabilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público, os resultados dessa amostra sugeriram a rejeição desta hipótese ($\beta = 0,0161$ e $p\text{-valor} = 0,834$). Isso vai de encontro aos estudos de (Lee *et al.*, 2002; Pham *et al.*, 2023; Valente; Fujino, 2016, Kahn, Strong; Wang, 2002; Wang; Strong, 1996) os quais consideram a confiabilidade uma característica indispensável para a qualidade das informações. Do ponto de vista prático, isso significa que apesar da confiabilidade estar correlacionada e contribuir para uma melhor qualidade da informação, no modelo proposto nesta pesquisa, para esta amostra

especificamente, esse construto não influenciou na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 2**, a relevância influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a rejeição desta hipótese, apresentando ($\beta = 0,016$ e $p\text{-valor} = 0,264$). Isso vai de encontro aos estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002) e Valente e Fujino (2016). Do ponto de vista prático, isso significa que apesar da relevância está correlacionada e contribuir para uma melhor qualidade da informação no modelo proposto nesta pesquisa, para esta amostra especificamente, esse construto não influenciou na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 3**, a apresentação influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a rejeição desta hipótese, apresentando ($\beta = -0,0288$ e $p\text{-valor} = 0,711$). Isso vai de encontro aos estudos de Valente e Fujino (2016) que consideram que esse é um aspecto de suma importância para garantir que as informações sejam de boa qualidade. Do ponto de vista prático, isso significa que apesar da apresentação está correlacionada e contribuir para uma melhor qualidade da informação no modelo proposto nesta pesquisa, para esta amostra especificamente, esse construto não influenciou na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 4**, a atualidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a rejeição desta hipótese, apresentando ($\beta = -0,0276$ e $p\text{-valor} = 0,767$). Isso vai de encontro aos estudos de Wang e Strong (1996) e Kahn, Strong e Wang (2002). Do ponto de vista prático, isso significa que apesar da atualidade está correlacionada e contribuir para uma melhor qualidade da informação no modelo proposto nesta pesquisa, para esta amostra especificamente, esse construto não influenciou na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 5**, a completude influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a aceitação desta hipótese, apresentando ($\beta = 0,216$ e $p\text{-valor} = < 0,001$). Isso corrobora com os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002) e Lee *et al.* (2002) que apontam que a completude é uma característica essencial para a qualidade das informações. Do ponto de vista prático, isso significa que para uma melhor percepção dos

cidadãos em relação à qualidade da informação é importante que as informações sejam completas. No modelo proposto para esta amostra especificamente, esse construto influencia na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal. Dessa forma, quanto maior empenho na disponibilização de informações de maneira integral com todos os dados cruciais necessários para satisfazer as expectativas dos usuários, maior será a percepção deles em relação a qualidade dessas informações.

Com relação à **Hipótese 6**, a utilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a aceitação desta hipótese, apresentando ($\beta = 0,1847$ e $p\text{-valor} = < 0,026$). Isso corrobora com os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002), Lee *et al.* (2002) e Abib (2010) que apontam que a informação útil oferece uma vantagem com o seu uso. Do ponto de vista prático, isso significa que para uma melhor percepção dos cidadãos em relação à qualidade da informação é importante que as informações sejam úteis. No modelo proposto para esta amostra especificamente, esse construto influencia na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 7**, a compreensibilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a aceitação desta hipótese, apresentando ($\beta = -0,2443$ e $p\text{-valor} = < 0,004$). Isso corrobora com os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002), Lee *et al.* (2002) e Valente e Fujino (2016). Do ponto de vista prático, isso significa que para uma melhor percepção dos cidadãos em relação a qualidade da informação é importante que as informações sejam compreensíveis, no modelo proposto para esta amostra especificamente, esse construto influencia na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal.

Com relação à **Hipótese 8**, a interpretabilidade influencia na percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público. Os resultados dessa amostra sugeriram a aceitação desta hipótese, apresentando ($\beta = 0,8556$ e $p\text{-valor} = < 0,001$). Isso corrobora com os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002), Lee *et al.* (2002) e Valente e Fujino (2016). Do ponto de vista prático, isso significa que para uma melhor percepção dos cidadãos em relação a qualidade da informação é importante que as informações sejam disponibilizadas em linguagem apropriada de forma clara proporcionando que os cidadãos sejam capazes de interpretar as informações, quando uma informação proporciona ao leitor interpretabilidade ele consegue fazer conclusões a partir dela. No modelo proposto para esta amostra especificamente, esse construto influencia na percepção de

qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal. Logo, os resultados desta pesquisa sugerem que se os fornecedores de informações trabalharem em prol de proporcionar informações mais completas, úteis, compreensíveis e interpretáveis aos cidadãos, esses terão uma melhor percepção em relação à qualidade das informações.

É fundamental recordar que, de acordo com Abib (2010), os elementos pessoais desempenham um papel crucial na avaliação da informação. A qualidade, como delineada por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), é uma medida que resulta da comparação entre as expectativas e o desempenho percebido. Todavia, embora a qualidade da informação varie de usuário para usuário, sendo uma percepção influenciada por diversos fatores, identificar os atributos que impactam na percepção de qualidade permite trabalhar de forma a satisfazê-los da maneira mais eficaz, contribuindo, assim, para aprimorar a qualidade geral da informação.

Sendo assim, apesar de os construtos confiabilidade, relevância, apresentação e atualidade não terem influenciado na percepção de qualidade das informações publicadas no portal da transparência do governo federal nesta amostra, esses construtos devem ser mantidos no modelo, uma vez que as sugestões de rejeição ou aceitação das hipóteses propostas nesta pesquisa são baseadas nos resultados desta amostra. Cada pessoa traz consigo a capacidade de entender e interpretar informações ao seu modo de acordo com as experiências vividas e com o ambiente no qual está inserida. Logo, é preciso levar em consideração as informações que foram disponibilizadas no questionário de pesquisa e o contexto de vida de cada respondente.

Outra análise que pode ser feita por meio da observação da Tabela 5 é dos valores do VIF (*variance inflation factor*) ou estatísticas de colinearidade, que é baseado na proporção de variância da *i*-ésima parte da variável independente com as outras variáveis independentes do modelo (O'Brien, 2007). Autores como Hair et al. (2014) recomendam que os valores da VIF devem estar abaixo de 5 para que não haja problemas de multicolinearidade. Os resultados da amostra apresentam valores abaixo de 5 nas variáveis independentes confiabilidade (VIF = 2,63), relevância (VIF = 2,95), apresentação (VIF = 2,78), atualidade (VIF = 4,85), completude (VIF = 3,27) e utilidade (VIF = 3,88) já as variáveis independentes compreensibilidade (VIF = 6,58) e interpretabilidade (VIF = 5,80) apresentaram valores um pouco acima de 5, o recomendado por Hair et al. (2014).

Entretanto, apesar da interpretabilidade está relacionada à compreensibilidade uma vez que para uma boa interpretação a compreensão é indispensável, a interpretabilidade vai além desse atributo. Afinal, quando uma informação proporciona ao leitor interpretabilidade, ele consegue fazer conclusões a partir dela e não apenas compreender o que está posto. Desse modo, apesar de alguns autores como Hair et al. (2014) recomendarem que os valores de VIF

devem estar abaixo de 5 para que não haja problemas de multicolinearidade, O'Brien (2007) argumenta que valores de VIF abaixo de 10 não apresentam problemas de multicolinearidade. O'Brien (2007) afirma ainda que a literatura sugere diversas formas de resolver problemas de multicolinearidade, porém essas tentativas podem fazer mais mal do que bem uma vez que as alterações no modelo podem levar a um modelo que não é teoricamente bem motivado.

Para o presente trabalho, escolheu-se usar a recomendação de O'Brien (2007), uma vez que a única relação que não passou pelo critério de Hair et al. (2014) foi compreensibilidade e interpretabilidade. Logo, os resultados da Tabela 5 indicam que não há problemas de multicolinearidade para todas relações propostas no modelo, pois todos os valores do VIF ficaram bem abaixo de 10. O capítulo seguinte apresenta as considerações finais da pesquisa, as contribuições e limitações do estudo, assim como as sugestões para pesquisas futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta o caminho percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa, que teve início com uma revisão da literatura na busca de verificar como tem sido tratado o tema transparência pública e acesso a informação na academia a fim de identificar lacunas teóricas. Assim, foi possível perceber uma carência de trabalhos que avaliassem as informações públicas sobre a perspectiva dos cidadãos. Então, esta pesquisa foi conduzida com o intuito de analisar a qualidade das informações publicadas no portal de transparência do setor público federal do Brasil, sob a perspectiva do cidadão para responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual é o nível de qualidade das informações fornecidas nos portais de transparência do setor público em âmbito federal, sob a perspectiva do cidadão?

O primeiro passo para atingir tal objetivo foi identificar atributos da qualidade da informação pública. Para isso, foi feita ampla pesquisa para identificar na literatura tais atributos. Os estudos de Wang e Strong (1996), Kahn, Strong e Wang (2002) e Valente e Fujino (2016) proporcionaram uma forte indicação sobre quais atributos poderiam ser relacionados a qualidade da informação, sendo eles confiabilidade, relevância, apresentação, atualidade, completude, utilidade, compreensibilidade, interpretabilidade, segurança, acessibilidade e exatidão.

Em seguida, foi necessário identificar os elementos para construção de um modelo que fosse capaz de mensurar a qualidade das informações. Essa etapa foi feita com base nos modelos PSP/IQ e AIMQ. Porém, foi necessário adaptá-lo para mensuração da qualidade das

informações do setor público. Os construtos: segurança, acessibilidade e exatidão não foram usados neste modelo pela dificuldade de mensuração, uma vez que para atingir os objetivos desta pesquisa o instrumento de coleta de dados foi o mesmo empregado no modelo AIMQ. Ou seja, um questionário no qual foram apresentados aos respondentes informações do portal de transparência do governo federal para que eles avaliem a qualidade dessas informações.

Os resultados a partir da amostra desta pesquisa sugerem que o modelo proposto apresentou validade convergente, validade discriminante e consistência interna. Os resultados sugerem que as informações disponibilizadas no portal de transparência do governo federal atendem aos requisitos mínimos esperados, porém há margem para aprimoramentos. Além disso, verificou-se que os atributos do modelo que influenciam a percepção da qualidade das informações publicadas nos portais de transparência do setor público, para os cidadãos desta amostra, são: completude, utilidade, compreensibilidade e interpretabilidade. Logo, é importante que os fornecedores das informações despendam mais esforços para que as informações publicadas nesses portais sejam completas, úteis, compreensíveis e interpretáveis aos cidadãos.

A teoria apresentada nesta pesquisa aponta alguns caminhos para isso. Para que a informação possa ser considerada completa é preciso ter atenção não só quanto à quantidade, mas também quanto ao grau de detalhamento (Wang; Strong 1996). Para que a informação possa ser útil ela precisa ter valor prático ou benefício para o usuário o auxiliando na tomada de decisão (Kahn; Strong; Wang, 2002). Sendo assim, através dos canais abertos é possível estabelecer uma maior relação com o cidadão para entender como ele precisa de uma determinada informação.

Para que a informação seja compreensível ela precisa ser facilmente entendida pelo usuário (Lee *et al.*, 2002). Assim, os portais poderiam disponibilizar notas explicativas que detalhasse mais o significado de determinados termos técnicos para facilitar a compreensão dos usuários. Para que a informação seja interpretável, ela precisa permitir ao usuário que a partir dela ele retire conclusões e seja capaz de fazer associações com o seu significado (Gackowski, 2005). Sob esse aspecto, um fator determinante são as experiências anteriores do usuário, sendo esse um fator difícil de controlar. Entretanto, disponibilizar vídeos explicativos sobre receitas e despesas públicas, seus conceitos e formas de aplicação, por exemplo, poderia contribuir para que os cidadãos possam conseguir fazer interpretação sobre esse tipo de informação.

Vale destacar ainda que embora a percepção de qualidade seja algo de difícil mensuração e controle, para que as políticas de transparência pública sejam eficazes é

essencial que essa mensuração seja realizada. É importante que os resultados dessas avaliações possam direcionar os fornecedores de informação a trabalharem em prol de melhorias no que é divulgado. Hoje, os portais de informação pública são avaliados basicamente por *checklists* os quais mensuram a transparência com base na divulgação de certas informações, como, por exemplo, tempo de respostas, quantidade de recursos, possibilidade de acompanhamento de pedido, etc., como é o caso da avaliação da escala Brasil Transparente, avaliação de transparência pública realizada pela CGU. Dessa forma, pesquisas como esta possibilitam a construção de novas formas de mensuração, proporcionando a discussão de métodos que visem não apenas avaliar a divulgação de informações em si, mas também a percepção da qualidade delas pelo ponto de vista dos seus usuários.

5.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Como contribuições teóricas, esse estudo se destaca por apresentar um modelo adaptado capaz de mensurar a qualidade das informações públicas disponibilizadas para a população. Isto é, abre espaço para novos trabalhos com essa temática e trazendo sob uma nova ótica o tema transparência e acesso à informação de modo a preencher lacunas encontradas na revisão sistemática de literatura – RSL (Capítulo 2). De forma prática esta dissertação proporciona aos produtores de informação, servidores públicos responsáveis por disponibilizá-la, a oportunidade de compreender a perspectiva dos usuários em relação à utilidade das informações oferecidas. Isso permite a identificação de possíveis falhas e a implementação de medidas para aprimorar a qualidade das informações, visando proporcionar uma compreensão mais abrangente e eficaz para os usuários.

O tema abordado possui alta relevância social à medida que discute sobre a importância da publicidade das ações governamentais sob a coisa pública e a necessidade da população se envolver nesse processo de acompanhamento e controle dessas ações. Traz destaque para a necessidade de verificar se as políticas de transparência são efetivas e se de fato possibilitam informações de boa qualidade aos cidadãos. Além disso, a divulgação da pesquisa em si já fez com que mais pessoas passassem a conhecer o portal da transparência. Desde o momento da coleta de dados, quando o questionário foi compartilhado, já proporcionou a alguns cidadãos respondentes acessarem o portal da transparência pela primeira vez. Nesse contexto, fica evidente a significância desta pesquisa para a sociedade. Sendo assim, o estudo possibilita uma maior atenção sobre essa temática não somente no âmbito acadêmico como também por parte dos cidadãos e das entidades responsáveis pela

divulgação das informações ampliando o debate em busca do aprimoramento da transparência na gestão pública.

5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Como é comum em trabalhos acadêmicos apesar desta pesquisa ter alcançado os objetivos pretendidos ela possui limitações, que surgiram no durante a sua elaboração. Essas limitações precisam ser reconhecidas e discutidas a fim de auxiliar pesquisas futuras a percorrer melhores caminhos. Esta seção apresenta essas limitações e apresenta um conjunto de possibilidades para pesquisas futuras.

Uma limitação já esperada para este tipo de estudo se dá pelo próprio objetivo, uma vez que avaliar a qualidade é um ponto sensível considerando que a percepção de qualidade depende do contexto da avaliação de cada indivíduo. Desse modo, o resultado da aplicação do questionário proposto nesta pesquisa vai depender do perfil da população estudada.

Outra limitação foi a amplitude de aplicação do questionário. Por ser uma pesquisa de dissertação de mestrado, não houve tempo e nem recursos suficientes para uma aplicação ampla entre os cidadãos brasileiros esse fator impossibilitou o alcance dos diferentes perfis de respondentes que a pesquisa poderia englobar, resultando na exclusão de uma parte da população que poderia expressar a sua opinião. Logo, o resultado se concentrou na região nordeste e em um perfil de respondentes com um maior nível de escolarização apesar das tentativas de divulgação e coleta também em outras regiões do Brasil e públicos diversos.

A escolha do tipo de informação a ser avaliada no questionário, apesar de embasada na literatura, também foi uma limitação de estudo. O ideal seria proporcionar ao cidadão avaliador uma visão mais ampla das informações disponibilizadas no portal da transparência. Porém, para esta pesquisa não foi viável incluir uma amplitude maior de informações.

Além disso, os resultados do modelo, nesta amostra especificamente, apresentaram pontos que precisam de maior atenção, como a forte correlação entre os atributos compreensibilidade e interpretabilidade e estatísticas de colinearidade acima de 5, apesar dos esforços para apresentar as suas distinções. Como sugestões para estudos futuros, é importante verificar a qualidade de outros tipos de informações disponibilizadas no portal da transparência. É válido aplicar a pesquisa com outros grupos específicos, a exemplo de jornalistas, estudantes de determinadas áreas de conhecimento ou organizações da sociedade civil. É possível também, desenvolver esta pesquisa com outras metodologias tais como o experimento ou estudo de caso.

É recomendado verificar formas de melhor trabalhar os construtos confiabilidade e compreensibilidade a fim de identificar possíveis melhorias nos itens das escalas. É recomendado também que sejam feitos os ajustes sugeridos no modelo de pesquisa e que sejam feitas novas coletas de dados com o modelo ajustado.

Enfim, identificar elementos para construção de um modelo baseado nos modelos PSP/IQ e AIMQ para mensuração da qualidade das informações publicadas pelo setor público deu uma ampla contribuição para que pesquisas futuras possam explorá-lo de diversas formas para mensurar a qualidade das informações públicas.

REFERÊNCIAS

ABIB, Gustavo. A qualidade da informação para a tomada de decisão sob a perspectiva do sensemaking: uma ampliação do campo. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 39, p. 73–82, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/5VDbDKHSyBFgj4JYhpcJNhy/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2023.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 36, n. 5, p. 723 a 746–723 746, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6461>. Acesso em: 7 set. 2023.

AMARAL, Helena Kerr Do. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 549–563, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/211>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BATISTA, Mariana; ROCHA, Virgínia; NASCIMENTO, Pedro. Tying the successor's hands or following the neighbor? Diffusion of access to information in Brazilian municipalities. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 393–412, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122022000300393&tlng=en. Acesso em: 8 jun. 2023.

BERLINER, Daniel *et al.* The Political Logic of Government Disclosure: Evidence from Information Requests in Mexico. **The Journal of Politics**, [s. l.], v. 83, n. 1, p. 229–245, 2021. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/709148>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BITTENCOURT, Caroline Muller; RECK, Janriê Rodrigues. Interações entre direito fundamental à informação e democracia para o controle social: uma leitura crítica da lai a partir da experiência dos portais de transparência dos municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 126–153, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1240>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRAGA, Lamartine Vieira; GOMES, Ricardo Corrêa. Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 78, p. 487–506, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000300487&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 Abr. 2022

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo conforme Lei nº 12.527/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2012. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023. Institui o sistema de integridade, transparência e acesso à informação da administração pública federal e a política de transparência e acesso à informação da administração pública federal. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11529.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/. Acesso em: 10 Abr 2022.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 10 Abr 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em 10 Abr. 2022.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Qualidade da informação: conceitos e aplicações. **Transinformação**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 29–45, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862008000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2023.

CALEFFI, Cibelly Farias; RAUPP, Fabiano Maury. Avaliação da transparência fiscal e do acesso à informação nas assembleias legislativas brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, [s. l.], v. 9, n. 26, p. 360, 2017. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1314>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 681–703, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 ago. 2022.

CARLI, Deneide Teresinha De; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. A lei de acesso à informação e a gestão de documentos. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, [s. l.], n. 66, p. 47–59, 2017. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/308>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em 10 Abr. 2022.

COSTA, F. J. DA. Mensuração e Desenvolvimento de Escalas. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DI MARCO, C. A. F.; TERCI, E. T. Transparência municipal e controle social: a visão dos observatórios sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 313–330, 2022. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2885>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DIAS JÚNIOR, José Jorge Lima. Adaptação e tradução de escalas de mensuração para o contexto brasileiro: um método sistemático como alternativa a técnica back-translation. **Métodos e Pesquisa em Administração**, SI, v. 1, n. 2, p.4-12, 2016.

FERRACIOLI, Paulo; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da lei de acesso à informação. **Observatório (OBS*)**, [s. l.], v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1514>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FERRO, Enrico; HELBIG, Natalie C.; GIL-GARCIA, J. Ramon. The role of IT literacy in defining digital divide policy needs. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 3–10, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X10000997>. Acesso em: 14 out. 2023.

GACKOWSKI, Zbigniew J. Operations Quality of Data and Information. In: **ICIQ**. 2005. Disponível em: <http://mitiq.mit.edu/ICIQ/Documents/IQ%20Conference%202005/Papers/OperationsQualityofDataInfo.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. O vocabulário controlado do governo eletrônico: contribuições e limites na implementação da lei de acesso à informação no Brasil. **Em Questão**, [s. l.], p. 12–40, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/70989>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transinformação**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 47–58, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862016000100047&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 jun. 2023.

GRIGOLETO, Maira Cristina; REZENDE GAMA, Janyluce; REZENDE GAMA, Juliano. Transparência e acesso à informação: uma análise da demanda por informações fiscais na Receita Federal do Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [s. l.], v. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78697>. Acesso em: 8 jun. 2023.

HAIR, JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de**

pesquisa em administração. Trad. Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HELBIG, Natalie; RAMÓN GIL-GARCÍA, J.; FERRO, Enrico. Understanding the complexity of electronic government: Implications from the digital divide literature. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 1, From Implementation to Adoption: Challenges to Successful E-government Diffusion, p. 89–97, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X08001214>. Acesso em: 14 out. 2023.

HYYTINEN, Ari; TUIMALA, Jarno; HAMMAR, Markus. Enhancing the adoption of digital public services: Evidence from a large-scale field experiment. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 101687, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101687>. Acesso em: 14 out. 2023.

JANDEROVÁ, Jana. Advances in transparency and right to access information in the Czech Republic. **Central European Public Administration Review**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 101–122, 2022. Disponível em: <https://cepar.fu.uni-lj.si/index.php/CEPAR/article/view/572>. Acesso em: 8 jun. 2023.

KAHN, Beverly K.; STRONG, Diane M.; WANG, Richard Y. Information quality benchmarks: product and service performance. **Communications of the ACM**, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 184–192, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/505248.506007>. Acesso em: 12 jul. 2023.

KEMPENEER, Shirley; PIRANNEJAD, Ali; WOLSWINKEL, Johan. Open government data from a legal perspective: An AI-driven systematic literature review. **Government Information Quarterly**, [s. l.], p. 101823, 2023. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0740624X23000230>. Acesso em: 8 jun. 2023.

KOCH, Pernille Boye. Promise and practice of the principle of equal access to information in the danish local administration. **Central European Public Administration Review**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 35–50, 2019. Disponível em: <http://cepar.fu.uni-lj.si/index.php/CEPAR/article/view/408>. Acesso em: 8 jun. 2023.

LEE, Yang W. *et al.* AIMQ: a methodology for information quality assessment. **Information & Management**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 133–146, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378720602000435>. Acesso em: 8 out. 2023.

LEMIEUX, Victoria L *et al.* Transparency and open government: reporting on the disclosure of information. **JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 75–93, 2015. Disponível em: <https://www.jedem.org/index.php/jedem/article/view/392>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MABILLARD, Vincent; KEUFFER, Nicolas. Does freedom of information contribute to more open administrations? An empirical analysis of the link between active and passive forms of transparency. **International Review of Public Administration**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 55–72, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/12294659.2022.2044107>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MELO, Douglas Arrais; FUCHIGAMI, Hélio Yochihiro. Proposta de índice bidimensional de transparência da informação público-eletrônica como ferramenta para participação e controle

sociais. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 179–214, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112019000200179&tlng=pt. Acesso em: 26 ago. 2023.

MUELLER, Christoph E.; ENGEWALD, Bettina. Making transparency work: experiences from the evaluation of the hamburg transparency law. **Central European Public Administration Review**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 69–90, 2018. Disponível em: <http://cepar.fu.uni-lj.si/index.php/CEPAR/article/view/374>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Conceptualizing the quality of transparency. **Political Concepts**, v. 49, p. 1–27, 2011. Disponível em: http://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC_49_Michener_Bersch.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

MYNORO ANIBOLETE, Gabriel; FERREIRA, André; JONATHAS DA COSTA LIMA, Raphael. Lei de acesso à informação na educação pública: um estudo de caso no IF Sudeste MG. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [s. l.], p. e022004, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15976>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NDOU, Valentina (Dardha). E – Government for Developing Countries: opportunities and challenges. **THE ELECTRONIC JOURNAL OF INFORMATION SYSTEMS IN DEVELOPING COUNTRIES**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1–24, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/j.1681-4835.2004.tb00117.x>. Acesso em: 14 out. 2023.

NOHARA, Irene Patrícia; COLOMBO, Bruna Armonas. Tecnologias cívicas na interface entre direito e inteligência artificial: operação serenata de amor para gostosuras ou travessuras?. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, [s. l.], v. 19, n. 76, p. 83, 2019. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1100>. Acesso em: 8 jun. 2023.

O'BRIEN, R. M. (2007). A Caution Regarding Rules of Thumb for Variance Inflation Factors. **Quality & Quantity**, v. 41(5), p. 673–690, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11135-006-9018-6>. Acesso em: 8 jun. 2023.

OLIVEIRA, Wanessa Queiroz de Souza; FONSECA, Igor Ferraz da. Fatores de sucesso na abertura de dados: o caso do Banco Central do Brasil. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 72, n. 4, p. 724–752, 2021. Disponível em: <http://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4535>. Acesso em: 7 set. 2023.

PAIM, I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito "qualidade" da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37519>. Acesso em: 14 out. 2023.

PARASURAMAN A, ZHEITMAL VA, BERRY LL. Servqual: a conceptual model of service quality and its implications for future research. **The Journal of Marketing**, Vol. 49, No. 4, pp. 41–50, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1251430>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PHAM, Long *et al.* E-government service quality, perceived value, satisfaction, and loyalty: evidence from a newly emerging country. **Journal of Public Policy**, [s. l.], p. 1–22, 2023. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-public-policy/article/egovernment-service-quality-perceived-value-satisfaction-and-loyalty-evidence-from-a-newly-emerging-country/E51C448103041D03E28864373CA4021D>. Acesso em: 7 out. 2023.

PINHO, J. A. G.. Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: Ariádne Scalfoni Rigo; Jeová Torres Silva Júnior; Paula Chies Schommer; Airton Cardoso Cançado. (Org.). **Gestão Social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife, UNIVASF, 2010, v. 1, p. 21-52, Out. 2019.

PINHO, J. A. G.; SAMPAIO, R. C.; WINKLER, I.; MORAIS, K.. Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s. l.], v. 24, n. 78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73630>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PINTO FILHO, Jovino; FINGER, Andrew Beheregarai; PINTO, Ibsen Mateus Bittencourt Santana. Acesso à informação: traçando um panorama da lei 12.527/2011 a partir de uma revisão sistemática de literatura. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 131–156, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2359>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PINTO FILHO, Jovino; SANTA RITA, Luciana Peixoto; PINTO, Ibsen Mateus Bittencourt Santana. Política de acesso à informação nas capitais nordestinas: análise do cumprimento da lei pelo poder executivo municipal. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, [s. l.], v. 10, p. 01–16, 2020. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/1357/pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

RINGLE, Christian M.; SILVA, Dirceu da; BIDO, Diógenes de Souza. Modelagem de Equações Estruturais com Utilização do Smartpls. **Revista Brasileira de Marketing**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 56-73, 2014. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717>

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 48–61, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/2579>. Acesso em: 14 out. 2023.

SANTANA, Deyverson Barbosa; SILVA, Edilene Maria Da; DA SILVA, Marcela Lino. Transparência da informação e dados abertos dos governos municipais da Região Metropolitana do Recife. **Em Questão**, [s. l.], p. 128–158, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/114169>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SCHNELL, Sabina; JO, Suyeon. Which countries have more open governments? assessing structural determinants of openness. **The American Review of Public Administration**, [s. l.], v. 49, n. 8, p. 944–956, 2019. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0275074019854445>. Acesso em: 8 jun. 2023.

STEFANI, Anita Gea Martinez. **Utilização de TICs em processos participativos no Brasil sob a ótica de capacidades de governo**. 2016. Mestrado em Análise de Políticas Públicas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-21092016-083907/>. Acesso em: 17 set. 2022.

TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller. Diálogo entre o direito e a engenharia de software para um novo paradigma de transparência: controle social digital. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 9–34, 2021. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Redoeda/article/view/9676>. Acesso em: 8 jun. 2023.

TAVARES, Antônio F.; DA CRUZ, Nuno F. Explaining the transparency of local government websites through a political market framework. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 101249, 2020. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0740624X17302617>. Acesso em: 8 jun. 2023.

VALENTE, Nelma T. Zubek; FUJINO, Asa. Atributos e dimensões de qualidade da informação nas Ciências Contábeis e na Ciência da Informação: um estudo comparativo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 141–167, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000200141&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2023.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5111>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 16a edição, Atlas, 2016.

VIANNA JUNIOR, Antonio João De Oliveira *et al.* Contribuições da lei de acesso à informação para o avanço da transparência no Brasil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 134, 2019. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1778>. Acesso em: 8 jun. 2023.

WANG, Richard Y.; STRONG, Diane M. Beyond accuracy: what data quality means to data consumers. **Journal of Management Information Systems**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 5–33, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40398176>.

APÊNDICES / ANEXOS

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DO MODELO DE PESQUISA AIMQ

Todos os itens são medidas em uma escala de 0 a 10, onde 0 é de maneira alguma e 10 é completamente. Itens rotulados com “(R)” são códigos reversos.

Acessibilidade. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,92)

Essa informação é facilmente recuperável

Essa informação é facilmente acessível.

Essa informação é facilmente obtida.

Essa informação é rapidamente acessível quando necessária.

Quantidade apropriada. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,76)

Essa informação é de volume suficiente para nossas necessidades.

A quantidade de informações não corresponde às nossas necessidades. (R)

A quantidade de informação não é suficiente para nossas necessidades. (R)

A quantidade de informação não é muita nem pouca.

Credibilidade. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,89)

Essa informação é acreditável.

Essa informação é de credibilidade duvidosa. (R)

Essa informação é confiável.

Essa informação é credível.

Integridade. (6 itens, Alfa de Cronbach = 0,87)

Essa informação inclui todos os valores necessários.

Essa informação está incompleta. (R)

Essa informação está completa.

Essa informação é suficientemente completa para as nossas necessidades.

Essa informação cobre as necessidades do nosso trabalho.

Essa informação tem amplitude e profundidade suficientes para o nosso trabalho.

Representação concisa. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,88)

Essa informação está formatada de forma sucinta.

Essa informação está apresentada de forma concisa.

Essa informação está apresentada num formato compacto.

A representação dessa informação está compacta e concisa.

Representação Consistente. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,83)

Essa informação está apresentada consistentemente no mesmo formato.

Essa informação não está apresentada consistentemente. (R)

Essa informação está apresentada consistentemente.

Essa informação está representada em um formato consistente.

Facilidade de operação. (5 itens, Alfa de Cronbach = 0,85)

Essa informação é fácil de manipular para atender nossas necessidades.

Essa informação é fácil de agregar.

Essa informação é difícil de manipular para atender nossas necessidades. (R)

Essa informação é difícil de agregar. (R)

Essa informação é fácil de combinar com outras informações.

Isenção de erros. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,91)

Essa informação está correta.

Essa informação está incorreta. (R)

Essa informação é precisa.

Essa informação é confiável.

Interpretabilidade. (5 itens, Alfa de Cronbach = 0,77)

É fácil de interpretar o que a informação significa.

Essa informação é difícil de interpretar. (R)

É difícil de interpretar a informação codificada. (R)

Essa informação é facilmente interpretável.

As unidades de medidas para essa informação são claras.

Objetividade. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,72)

Essa informação foi coletada objetivamente.

Essa informação é baseada em fatos.

Essa informação é objetiva.

Essa informação apresenta uma perspectiva imparcial.

Relevância. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,94)

Essa informação é útil para o nosso trabalho.

Essa informação é relevante para o nosso trabalho.

Essa informação é apropriada para o nosso trabalho.

Essa informação é aplicável ao nosso trabalho.

Reputação. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,85)

Essa informação tem uma má reputação relacionada à qualidade. (R)

Essa informação tem uma boa reputação.

Essa informação tem uma reputação relacionada à qualidade.

Essa informação vem de boas fontes.

Segurança. (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,81)

Essa informação é protegida contra acesso não-autorizado.

Essa informação não é protegida com segurança adequada. (R)

O acesso a essa informação é suficientemente restrito.

Essa informação pode ser acessada apenas por pessoas que deveriam vê-la.

Periodicidade (5 itens, Alfa de Cronbach = 0,88)

Essa informação é suficientemente atual para o nosso trabalho.

Essa informação não é suficientemente oportuna. (R)

Essa informação não é suficientemente atual para o nosso trabalho. (R)

Essa informação é suficientemente oportuna.

Essa informação é suficientemente atualizada para o nosso trabalho.

Compreensibilidade (4 itens, Alfa de Cronbach = 0,90)

Essa informação é fácil de entender.

O significado dessa informação é difícil de entender. (R)

Essa informação é fácil de compreender.

O significado dessa informação é fácil de entender.

Tradutor: D'cleberson Alves de Moraes

Graduado em Letras Inglês pela UFPB

Diretor e professor do MEA - Inglês Criativo

APÊNDICE B: DIMENSÕES DE QUALIDADE DO MODELO PSP/IQ

Dimensões da Qualidade da Informação

Dimensões	Definições
Periodicidade	O quanto a informação é suficientemente atualizada para a tarefa.
Quantidade apropriada	O quanto o volume de informação é adequado à tarefa.
Relevância	O quanto a informação é aplicável e útil à tarefa.
Compreensibilidade	O quanto a informação é facilmente compreendida.
Interpretabilidade	O quanto a informação está em linguagem, símbolo e unidade adequados, e possui definições claras.
Objetividade	Até que ponto a informação é não-tendenciosa, sem vieses e imparcial.
Credibilidade	O quanto a informação é considerada verdadeira e credível.
Acessibilidade	O quanto a informação é disponível de maneira simples e rápida.
Representação consistente	O quanto a informação é apresentada no mesmo formato.
Representação concisa	O quanto a informação é sucinta e contém o essencial.
Facilidade de manipulação	O quanto a informação é fácil de manipular e de ser usada em diferentes tarefas.
Isenção de erros	O quanto a informação é correta e confiável.
Segurança	O quanto o acesso à informação é apresentado de forma adequada para manter a sua segurança.
Reputação	O quanto a informação é valorizada de acordo com sua fonte ou conteúdo.
Valor agregado	O quanto a informação é benéfica e fornece vantagens do uso dela
Integridade	O quanto a informação não está faltando e é de amplitude e profundidade para a tarefa em questão

Fonte: Traduzido de Kahn, Strong e Wang (2002)

Tradutor: D'cleberson Alves de Moraes

Graduado em Letras Inglês pela UFPB

Diretor e professor do MEA - Inglês Criativo

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DO MODELO DE PESQUISA AIMQ

Todos os itens são medidos em uma escala de 0 a 10, onde 0 é de maneira alguma e 10 é completamente. Itens rotulados com “(R)” são códigos reversos.

Acessibilidade. (4 itens, Cronbach's Alpha = .92)

Esta informação é recuperável facilmente.

Esta informação é acessível facilmente.

Esta informação é obtida facilmente.

Essa informação é facilmente acessível quando necessário.

Quantidade apropriada. (4 itens, Cronbach's Alpha = .76)

Esta informação tem o volume necessário para as nossas necessidades.

A quantidade de informação não dá conta de nossas necessidades (R).

A quantidade de informação não é suficiente para as nossas necessidades (R).

A quantidade de informação não é nem muita nem pouca.

Credibilidade. (4 itens, Cronbach's Alpha = .89)

Esta informação é crível.

Esta informação é de credibilidade duvidosa. (R).

Esta informação é confiável.

Esta informação tem credibilidade.

Compleitude. (6 itens Cronbach's Alpha = .87)

Esta informação contém todos os valores necessários.

Esta informação está incompleta (R).

Esta informação está completa.

Esta informação está suficientemente completa para as nossas necessidades.

Esta informação cobre as necessidades de nossas tarefas.

Esta informação tem abrangência e profundidade suficiente para a nossa tarefa.

Representação Concisa. (4 itens, Cronbach's Alpha = .88)

Esta informação é formatada de forma sucinta.

Esta informação é apresentada concisamente.

Esta informação é apresentada de forma compacta.

A representação desta informação é compacta e concisa.

Representação Consistente. (4 itens, Cronbach's Alpha = .83)

Esta informação é consistentemente apresentada no mesmo formato.

Esta informação não é apresentada consistentemente (R).

Esta informação é apresentada consistentemente.

Esta informação é apresentada de forma concisa.

Facilidade de Operação. (5 itens, Cronbach's Alpha = .85)

Esta informação é fácil de manipular para dar conta de nossas necessidades.

Esta informação é fácil de agregar.

Esta informação é difícil de agregar para dar conta de nossas necessidades. (R).

Esta informação é difícil de agregar (R).

Esta informação é fácil de combinar com outras informações.

Livre de Erro. (4 itens, Cronbach's Alpha = .91)

Esta informação está correta.

Esta informação está incorreta (R).

Esta informação é precisa.

Esta informação é confiável.

Interpretabilidade. (5 itens, Cronbach's Alpha = .77)

É fácil de interpretar o que esta informação significa.

Esta informação é difícil de interpretar. (R)

É difícil interpretar informação codificada (R).

Esta informação é facilmente interpretada.

As unidades de medida desta informação são claras.

Objetividade. (4 itens, Cronbach's Alpha = .72)

Esta informação foi objetivamente coletada.

Esta informação é baseada em fatos.

Esta informação é objetiva.

Esta informação apresenta uma visão imparcial.

Relevância. (4 itens, Cronbach's Alpha = .94)

Esta informação é útil para o nosso trabalho.

Esta informação é relevante para o nosso trabalho.

Esta informação é apropriada para o nosso trabalho.

Esta informação é aplicável ao nosso trabalho.

Reputação. (4 itens Cronbach's Alpha = .85)

Esta informação tem a reputação de ter má qualidade. (R)

Esta informação tem boa reputação.

Esta informação tem uma reputação por sua qualidade.

Esta informação vem de boas fontes.

Segurança. (4 itens, Cronbach's Alpha = .81)

Esta informação é protegida contra acesso não autorizado.

Esta informação não é protegida com segurança adequada (R).

O acesso a esta informação é suficientemente restrito.

Esta informação só pode ser acessada pelas pessoas que devem vê-la.

Atualidade. (5 itens, Cronbach's Alpha = .88)

Esta informação está suficientemente atualizada para o nosso trabalho.

Esta informação não está suficientemente atualizada (R).

Esta informação não está suficientemente atualizada para o nosso trabalho (R).

Esta informação está suficientemente atualizada.

Esta informação está suficientemente atualizada para o nosso trabalho.

Compreensibilidade. (4 itens, Cronbach's Alpha = .90)

Esta informação é fácil de entender.

O significado desta informação é difícil de entender (R).

Esta informação é fácil de compreender.

O significado desta informação é fácil de entender.

Tradutor: Guilherme Neves Pinto

Graduado em letras pela Universidade de Brasília, UnB

Professor e tradutor e intérprete de língua inglesa

APÊNDICE D: DIMENSÕES DE QUALIDADE DO MODELO PSP/IQ

Dimensões da Qualidade da Informação

Dimensões	Definições
Atualidade	O quanto a informação é suficientemente atualizada para a tarefa.
Quantidade apropriada	O quanto o volume de informação é adequado à tarefa.
Relevância	O quanto a informação é aplicável e útil à tarefa.
Compreensibilidade	O quanto a informação é facilmente compreendida.
Interpretabilidade	O quanto a informação está em linguagem, símbolo e unidade adequados, e possui definições claras.
Objetividade	Em que medida a informação é neutra, sem preconceitos e imparcial.
Credibilidade	O quanto a informação é considerada verdadeira e credível.
Acessibilidade	Em que medida a informação está disponível ou fácil e rapidamente consultável
Representação consistente	O quanto a informação é apresentada no mesmo formato.
Representação concisa	Em que medida a informação é representada compactamente.
Facilidade de manipulação	O quanto a informação é fácil de manipular e de ser usada em diferentes tarefas.
Livre de erros	O quanto a informação é correta e confiável.
Segurança	O quanto o acesso à informação é apresentado de forma adequada para manter a sua segurança.
Reputação	O quanto a informação é valorizada de acordo com sua fonte ou conteúdo.
Valor agregado	O quanto a informação é benéfica e fornece vantagens do uso dela
Compleitude	O quanto a informação não está incompleta ou é de suficiente profundidade e amplitude para a tarefa em questão.

Fonte: Traduzido de Kahn, Strong e Wang (2002)

Tradutor: Guilherme Neves Pinto

Graduado em letras pela Universidade de Brasília, UnB

Professor e tradutor e intérprete de língua inglesa

APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Objetivo: Avaliar a qualidade das informações disponibilizadas pelo portal da transparência do governo federal do Brasil.

Com base nessa informação obtida no portal da transparência do governo federal, responda os itens abaixo:

Utilize a seguinte escala como referência 0 - Nada" até "10 - Totalmente

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Indique a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz sobre as informações disponibilizadas nos portais da transparência do GOVERNO FEDERAL

Itens	Escala											
As informações disponíveis no portal da transparência têm credibilidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência vêm de boas fontes.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são confiáveis.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são relevantes para verificar os gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral das Universidades Federais da Paraíba.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são apropriadas para verificar os gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral das Universidades Federais da Paraíba.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são aplicáveis para verificar os gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral das Universidades Federais da Paraíba.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência estão apresentadas de forma concisa.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência estão apresentadas num formato compacto.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência estão apresentadas consistentemente no mesmo formato.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são objetivas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
As informações disponíveis no portal da transparência são suficientemente atuais para o meu objetivo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

As informações disponíveis no portal da transparência são suficientemente oportunas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são suficientemente atualizadas para o meu objetivo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência incluem todos os valores necessários.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são suficientemente completas para o meu objetivo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência têm amplitude suficiente e profundidade para o meu objetivo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de manipular para verificar os gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral das Universidades Federais da Paraíba.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de agregar.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são úteis para verificar os gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral das Universidades Federais da Paraíba.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de combinar com outras informações.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de entender.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de compreender.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O significado das informações disponíveis no portal da transparência são fáceis de entender.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O significado das informações disponíveis no portal da transparência são claras e inteligíveis.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
É fácil interpretar o que as informações disponíveis no portal da transparência significam.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As unidades de medidas das informações disponíveis no portal da transparência são claras.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência permitem ao leitor chegar a uma determinada conclusão.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
As informações disponíveis no portal da transparência são coerentes.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Qual é o meio de comunicação que você utiliza para acessar a internet?

- ☐ Computador desktop
- ☐ Laptop/notebook
- ☐ Smartphone
- ☐ Tablet
- ☐ Smart TV
- ☐ Outros dispositivos

Já buscou alguma informação no portal da transparência do governo federal?

- ☐ Sim

☐ Não

Qual tipo de informação você buscou no portal da transparência do governo federal?

- ☐ Receitas e Despesas Públicas
- ☐ Transferências de Recursos
- ☐ Salários de Servidores
- ☐ Licitações e Contratos
- ☐ Diárias e Passagens
- ☐ Convênios e Transferências Voluntárias
- ☐ Bolsa Família e Programas Sociais
- ☐ Obras Públicas
- ☐ Convênios e outros acordos
- ☐ Sanções

Se você já acessou o portal da transparência, obteve a informação desejada?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Nunca acessei o portal da transparência do governo federal

Qual é o seu nível de instrução?

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Graduação Incompleta
- ☐ Graduação Completa
- ☐ Pós-Graduação Incompleta
- ☐ Pós-Graduação Completa

Caso tenha concluído um curso superior, qual é a sua área de formação?

- ☐ Não tenho
- ☐ Ciências Exatas e da Terra
- ☐ Ciências Biológicas
- ☐ Engenharias
- ☐ Ciências da Saúde
- ☐ Ciências Agrárias
- ☐ Linguística, Letras e Artes
- ☐ Ciências Sociais Aplicadas
- ☐ Ciências Humanas

Qual é a sua idade? _____

Em qual região do Brasil você mora?

- ☐ Norte
- ☐ Nordeste
- ☐ Centro-oeste
- ☐ Sudeste
- ☐ Sul

Qual é a sua faixa de renda?

- ☐ Menos de R\$ 1.000
- ☐ R\$ 1.000 - R\$ 2.500
- ☐ R\$ 2.501 - R\$ 5.000
- ☐ R\$ 5.001 - R\$ 10.000
- ☐ Mais de R\$ 10.000
- ☐ Preferiria não responder

Qual é a sua cor ou raça/etnia?

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Preferiria não responder

Qual é o seu sexo?

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não responder

APÊNDICE F: DETALHAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/2023

Período até: 12/2023

Órgão Executor: Universidade Federal da Paraíba

Órgão superior: Ministério da Educação

Universidade Federal de Campina Grande

Órgão superior: Ministério da Educação

Função: 12 - Educação

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES

LIMPAR

Dados atualizados até: 06/02/2024

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0001 - PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCACAO SUPERIOR	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	1.000,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0004 - PROMISAES - PORTARIA MEC N. 745/2012 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE ESTRANGEIRO BENEFICIARIO DO PEC-G	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	8.608,00	8.608,00	8.608,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0000 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	128.880,00	128.880,00	128.880,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.374,80	1.374,80	1.374,80	0,00

https://portaltransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625... 1/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	0008 - IDIOMAS SEM FRONTEIRAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	39.367,92	39.535,84	39.367,92	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	0001 - CONCESSAO DE BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSAO E MONITORIA AOS ESTUDANTES	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	36.400,00	36.400,00	36.400,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	363 - Ensino profissional	2994 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	0000 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	393.403,95	359.761,30	359.761,30	27.237,96
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	2.270.924,61	215.878,16	206.778,16	2.464.493,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	8282 - REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	2.733.209,37
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0004 - PROMISAES - PORTARIA MEC N. 745/2012 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE ESTRANGEIRO BENEFICIARIO DO PEC-G	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	68.867,00	68.867,00	68.867,00	0,00

https://portaltransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625... 2/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0003 - PNAES - DECRETO N. 7.234/2010 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	24.577.525,00	24.315.515,00	24.315.515,00	3.301.466,63
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	0008 - IDIOMAS SEM FRONTEIRAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	54.000,00	48.000,00	48.000,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	0001 - CONCESSAO DE BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSAO E MONITORIA AOS ESTUDANTES	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	15.351.804,94	14.780.477,00	14.780.477,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	363 - Ensino profissional	2994 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0000 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	329.534,63	306.504,48	286.504,48	6.000,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	363 - Ensino profissional	20RL - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	0000 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00

<https://portal.datatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...>

3/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	0001 - CONCESSAO DE BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSAO E MONITORIA AOS ESTUDANTES	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	94.400,00	94.400,00	94.400,00	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158197 - CENTRO DE FORMACAO DE PROFESSORES DA UFCG	363 - Ensino profissional	2994 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0000 - ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	225.625,00	226.225,00	265.225,00	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158197 - CENTRO DE FORMACAO DE PROFESSORES DA UFCG	363 - Ensino profissional	20RL - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	0000 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	36.000,00	36.000,00	42.000,00	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0003 - PNAES - DECRETO N. 7.234/2010 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	8.997.537,97	7.750.539,82	8.796.375,02	3.489.529,04
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0000 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	4.258.535,09	4.251.162,43	4.827.262,43	447.514,91
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	4.370.209,20	4.374.234,61	4.680.236,53	122.618,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	4002 - ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0001 - PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCACAO SUPERIOR	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	98.000,00	98.000,00	98.000,00	74.000,00

<https://portal.datatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...>

4/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	363 - Ensino profissional	21B4 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE ENSINO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0008 - MULHERES MIL	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	247.040,00	0,00	0,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	363 - Ensino profissional	21B4 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE ENSINO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0008 - MULHERES MIL	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	192.000,00	31.000,00	31.000,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	363 - Ensino profissional	21B4 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE ENSINO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0002 - FOMENTO A MATRICULAS EM CURSOS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	50.000,00	48.900,00	48.900,00	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	186.988,43	187.288,43	198.534,55	500,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158301 - CENTRO DE CIENCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	4.999,80	4.999,80	4.999,80	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	368 - Educação básica	20Rj - APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCACAO BASICA	0004 - EDUCACAO BASICA A DISTANCIA - SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	6.435,32	6.435,32	6.435,32	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158199 - CENTRO DE SAUDE E TECNOLOGIA RURAL DA UFCG	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	5.986,39	5.986,39	5.986,39	0,00

<https://portal.datatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...> 5/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	14.466,73	14.466,73	14.466,73	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	150154 - CENTRO DE EDUCACAO E SAUDE DA UFCG	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	3.940,00	3.940,00	3.940,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	59.949,00	59.949,00	59.949,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	391.559,37	387.622,41	386.599,41	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	128 - Formação de recursos humanos	4572 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	0000 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	84.000,00	84.000,00	84.000,00	800.000,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.374,80	1.374,80	1.374,80	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	20RK - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - DESPESAS DIVERSAS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	200.750,69	167.536,54	155.396,54	94.700,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	8282 - REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	0000 - REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	84.662,61	36.600,00	36.600,00	0,00

<https://portal.datatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...> 6/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	20GK - FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	0008 - IDIOMAS SEM FRONTEIRAS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	14.400,00	14.400,00	16.000,00	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153074 - CENTRO DE CIENC.HUMA. SOC. E AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	600,00	600,00	600,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	368 - Educação básica	20RJ - APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCACAO BASICA	0004 - EDUCACAO BASICA A DISTANCIA - SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.000,00	0,00	0,00	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	77.785,42	76.024,05	76.024,05	0,00
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153073 - CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS DA UFPB	364 - Ensino superior	0487 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	0002 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	50.678,42	50.678,42	50.678,42	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158196 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO/UFCG	301 - Atenção básica	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	0,00	0,00	0,00	150.682,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158196 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO/UFCG	331 - Proteção e benefícios ao trabalhador	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	2.315.900,59	2.315.900,59	2.316.710,15	0,00

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...> 7/8

09/02/24, 10:54

Detalhamento da Despesa Pública - Portal da transparência

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA EXECUTORA	UNIDADE GESTORA	SUBFUNÇÃO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	301 - Atenção básica	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	0,00	0,00	0,00	2.556.518,65
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	301 - Atenção básica	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	0,00	0,00	0,00	1.105.268,50
26240 - Universidade Federal da Paraíba	153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	331 - Proteção e benefícios ao trabalhador	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	40.829.013,24	40.826.132,10	40.897.002,29	0,00
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	331 - Proteção e benefícios ao trabalhador	212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	0005 - AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	46 - Auxílio-Alimentação	17.326.373,73	17.326.373,73	17.343.778,02	0,00

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240%2COR2625...> 8/8